


**Zap Passagens**  
**(27) 4000-1010**
**AGUABRANCA**
[aguiabranca.com.br](http://aguiabranca.com.br)
**Viação Salutaris e Turismo S/A CNPJ: 32.285.454/0001-42**
**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas, A administração da Viação Salutaris E Turismo S.A em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, devidamente elaboradas e auditadas em conformidade com as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações contábeis completas foram examinadas pelos nossos auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes, que emitiu opinião sem ressalvas. As demonstrações contábeis completas se encontram à disposição dos acionistas na sede da companhia. As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pela diretoria da Companhia em 02 de Abril de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

Ativo	BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022			(Em milhares de Reais)			
	Nota	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e bancos	5	382	1.210	Empreéstimos e financiamentos	13	107	4.213
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5	5.650	4.934	Fornecedores	14	7.416	3.184
Contas a receber	6	7.944	11.811	Obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias	15	7.598	9.322
Outros créditos	6.2	658	1.130	Recebimentos antecipados	16	3.292	6.752
Impostos e contribuições a recuperar	7	7.756	10.281	Outras contas a pagar	19	961	823
Bens Destinados a Venda	9	1.903	8.715		19.374	24.294	
Estoques	10	1.011	3.118				
Despesas antecipadas		68	199				
Contas a receber de partes relacionadas	-	0	50				
<b>Não circulante</b>							
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.256	1.066				
Outros créditos	6.2	1	1				
Depósitos judiciais e outros	8	204	238				
Transações com partes relacionadas	17	10.069	16.369				
		11.530	17.674				
Investimento	11	124	124				
Imobilizado líquido	12	21.667	49.626				
Intangível líquido	-	15	74				
<b>Total do ativo</b>		21.806	49.824				
		<b>58.708</b>	<b>108.946</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	(Em milhares de Reais)					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>Capital social</b>	<b>Reserva de Integralizado</b>	<b>Reserva de Reavaliação</b>	<b>Reserva Legal</b>	<b>Retenção de Lucros</b>
Aumento de capital	73.000	6.277	-	-	-	(13.182)
Lucro líquido do exercício						66.095
Constituição de reserva legal						
Dividendos adicionais propostos						
Realização de reserva de reavaliação						
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>73.000</b>	<b>5.853</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(14.256)</b>
Lucro líquido do exercício						64.597
Realização de reserva de reavaliação						
Reflexo Cisão Parcial						
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>22.252</b>	<b>450</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(766)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS					
	(Valores expressos em Reais)					
<b>1. Contexto operacional</b>						
A Empresa está sediada na Rodovia Almirante Lucio Meira (BR 393), sem número, no Km 178, Barão de Angra - Paraíba do Sul/RJ e tem como principal objeto a prestação de serviço de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual de passageiros nos Estados da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, podendo participar em outras empresas como quotista ou acionista. A Empresa desenvolve seus negócios dentro do contexto de um grupo empresarial, utilizando-se, eventualmente, da estrutura de empresas relacionadas, compartilhando custos administrativos e esforços de gestão. Em 31/10/2023 a Companhia foi submetida ao processo de reorganização societária no qual parte de seus ativos e passivos passaram pelo processo de cisão parcial com a sua controladora Viação Águia Branca S/A., conforme ato societário sob o número do protocolo 2023/00965093-0 arquivada sob o número 00005923291. Os ativos e passivos da Cisão atestados por laudo de auditoria independente podem ser assim representados:						
<b>Saldo Contábil</b>	<b>Parcela vertida</b>	<b>Saldo</b>	<b>em 30/09/2023</b>	<b>em Cisão remanescente</b>		
<b>Ativo Circulante</b>						
Caixa e bancos	501.441	-	501.441			
Aplicações financeiras de liquidez imediata	16.544.381	12.400.000	4.144.381			
Contas a receber	9.843.060	-	9.843.060			
Outros créditos	2.677.892	2.270.560	407.332			
Adiantamentos a terceiros	1.052.775	-	1.052.775			
Adiantamentos a funcionários	808.131	777.704	30.427			
Impostos e contribuições a recuperar	13.133.630	2.497.990	10.635.641			
Bens Destinados a Venda	4.799.302	-	4.799.302			
Estoques	3.517.703	2.980.109	537.594			
Despesas antecipadas	301.772	244.528	57.244			
<b>Total do Ativo</b>	<b>53.180.087</b>	<b>21.170.890</b>	<b>32.009.196</b>			
<b>Passivo Circulante</b>						
Saldo Contábil	Parcela vertida	Saldo	em 30/09/2023	em Cisão remanescente		
Caixa e bancos	501.441	-	501.441			
Aplicações financeiras de liquidez imediata	16.544.381	12.400.000	4.144.381			
Contas a receber	9.843.060	-	9.843.060			
Outros créditos	2.677.892	2.270.560	407.332			
Adiantamentos a terceiros	1.052.775	-	1.052.775			
Adiantamentos a funcionários	808.131	777.704	30.427			
Impostos e contribuições a recuperar	13.133.630	2.497.990	10.635.641			
Bens Destinados a Venda	4.799.302	-	4.799.302			
Estoques	3.517.703	2.980.109	537.594			
Despesas antecipadas	301.772	244.528	57.244			
<b>Total do Passivo</b>	<b>53.180.087</b>	<b>21.170.890</b>	<b>32.009.196</b>			

A operação pretendida proporcionará uma maior racionalização administrativa, além de uma concentração de esforços visando ao fortalecimento e ao incremento da posição ocupada no mercado pela empresa Controladora.

**2. Resumo das principais práticas contábeis**

**2.1. Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As demonstrações contábeis foram aprovadas para a emissão pela diretoria da Empresa em 02 de abril de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. As Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As nomenclaturas das contas contábeis, bem como sua disposição nas Demonstrações Contábeis encontram-se em conformidade com o plano de contas padrão exigido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com adaptações para atendimento às novas práticas contábeis vigentes após a publicação da Lei nº 11.638/07. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. As políticas contábeis significativas adotadas pela Empresa estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritos a seguir. As demonstrações contábeis da Empresa apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Empresa. **2.2. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas pela primeira vez em 2023 e novas normas, revisões e interpretações que entrarão em vigor:**

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS 2 - Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO					
(Em milhares de Reais)						

<tbl\_r cells="2" ix="1" maxcspan="6" maxr


**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Valores expressos em Reais)

veis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização do imposto de renda e contribuição social diferidos; e • **Impairment:** A diretoria revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituida provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da diretoria da empresa com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	2023	2022
Caixa	323	798
Bancos	59	412
Aplicações financeiras (i)	<b>5.650</b>	<b>4.934</b>

(i) As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimento de renda fixa (fundos não exclusivos) e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), realizadas junto às instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média anual de 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A disponibilidade para os resgates pode ser efetuada à vista e em até dois dias úteis. Não há garantias atreladas aos seus saldos. As aplicações em CDB podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, com base nas taxas futuras de papéis similares.

**6. Contas a receber e outros créditos**

	2023	2022
Cartões de crédito	4.317	8.873
Títulos e duplicatas	3.542	2.532
Agências e outros	85	406

A Empresa presta serviços para o público em geral, tendo como forma predominante de recebimento de suas vendas valores em espécie e por meio de cartões de crédito, não apresentando dificuldade na realização das contas a receber, bem como não apresentando histórico de perdas significativas. O saldo a receber de cartões de crédito não possui saldos significativos a receber de valores vencidos, sendo a maior parte a vencer no período de um a três meses. A abertura do saldo a receber de títulos e duplicatas pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	2023	2022
A vencer	3.362	2.113
Vencidos	—	—
Vencidos de um a 30 dias	35	118
Vencidos de 31 a 90 dias	10	63
Vencidos de 91 a 180 dias	57	67
Vencidos de 181 a 365 dias	59	78
Vencidos há mais de 365 dias	20	93

A Empresa avalia periodicamente sua carteira de recebíveis vencidos há mais de 30 dias, constituindo provisão para perda esperada para todos os títulos julgados por sua diretoria como de difícil realização. **6.2. Outros Créditos:** Representado por valores a receber por antecipações de salários e adiantamentos a fornecedores e convênios médicos.

	2023	2022
Descrição	Valor	Valor
Adiantamentos a Funcionários	194	670
Valores a Recuperar de Agências	231	230
Outros Créditos	233	231

	2023	2022
Circulante	658	1.130
Não Circulante	1	1

**7. Impostos e contribuições a recuperar**

	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	1.256	1.066
Imposto de Renda (IRRF e IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (i)	1.612	2.292
Exclusão do ICMS da Base de Calculo PIS/COFINS (ii)	5.781	9.570
Outros	363	(1.581)

	2023	2022
Circulante	7.756	10.281
Não Circulante	1.256	1.066

(i) O ICMS está representado, principalmente, pelo crédito relativo às aquisições de ativo imobilizado, utilizado a razão mensal de 1/48 avos, conforme legislação fiscal vigente. (ii) Em 15 de março de 2017, por meio do Recurso Extraordinário (RE) nº 574.706/PR, o STF definiu que o ICMS não compõe as bases de cálculo do PIS/COFINS (cumulativo ou não cumulativo). Em setembro de 2017, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional opôs Embargos de Declaração no RE, requerendo esclarecimentos dos seguintes pontos: (a) definição sobre o ICMS a ser excluído (ICMS "a pagar" x ICMS destacado na nota fiscal); e (b) a modulação dos efeitos da decisão para que esta somente produzisse impactos prospectivos, o que vedaria a restituição/compenção de créditos de períodos anteriores ao julgamento (15/03/2017) para os contribuintes que não tivessem ação judicial sobre a matéria. Em maio de 2021, o STF julgou os Embargos de Declaração e definiu que o ICMS a ser excluído seria o ICMS destacado nas notas fiscais e aplicou a modulação dos efeitos da decisão para os contribuintes que ingressaram com demandas judiciais posteriormente ao início do julgamento do RE, de modo que a recuperação de créditos teria que obedecer a data limite de 15/03/2017. Os contribuintes que ingressaram com ação anteriormente a 15/03/2017, restaria preservado o direito de recuperar os créditos referentes ao quinquênio (5 anos) anterior à proposta da ação judicial. Resolvidas as questões processuais e ocorrido o trânsito em julgado das ações judiciais sobre o tema, foi contratada empresa de consultoria externa independente para os levantamentos e materialização do direito tutela nas ações judiciais, objetivando a habilitação do laudo técnico junto a Secretaria da Receita Federal para as compensações dos créditos apurados. Como resultado do laudo técnico identificou-se um crédito tributário bruto na ordem R\$ 8.700 a ser reconhecido como receita financeira no exercício de 2021. A Empresa provisionou o valor de R\$ 405 a título de imposto a recolher sobre receita. Entretanto, o montante acima citado, o mandado de segurança de nº 0057696-35.2018.4.02.5120, ajuizado em 2018, que contempla o período de aproveitamento de 01/12/2013 até o momento, teve seu trânsito em julgado certificado em 26/06/2020 antes da decisão proferida no STF quanto à modulação dos efeitos. Com isso, foi verificado que os valores a recuperar deste período que poderia sofrer com a modulação de efeitos, de 01/12/2013 a 15/03/2017, perfazem o montante de R\$1.929, sendo assim a diretoria optou por fazer uma provisão de baixa desse valor.

**8. Depósitos judiciais e outros**

Os depósitos judiciais estão representados por coberturas em processos trabalhistas, tributários e cíveis para possíveis perdas mencionadas na nota explicativa nº 18.

A Empresa verificou, através de seus assessores jurídicos, que alguns processos foram encerrados, tendo alguns valores das esferas cível e trabalhistas reconhecidos no resultado operacional.

**9. Bens destinados à venda**

Representado por ônibus não mais alocados nas operações da Empresa disponíveis para venda, avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e da baixa de impairment referente ao estudo de estimativa de vida útil que foi realizado:

	2023	2022
Saldo inicial	8.715	6.179
(+) adições	—	8.701
(-) provisões	—	(1.718)
(-) Itens alienados durante o período	(8.530)	(7.071)
(+) Reversões impairment durante o período	1.718	2.624
Saldo final	1.903	8.715

**10. Estoque**

Os estoques são representados principalmente por materiais e itens para manutenção dos veículos, abrangendo diesel, pneus, peças e itens de limpeza. O estoque é alocado em almoxarifados localizados estrategicamente nas gerações de operação da empresa, atendendo assim toda a malha de veículos distribuídos nas diversas rotas que a empresa possui operação.

**11. Investimentos**

Representado por participações em empresas controladoras e controladas.

Participação %

Investimento 2023 2022

equivalência patrimonial 2023 2022

Resumo com Resultado com

Participação %

2023 2022

2023 2022

Lynx Comércio de Veículos Ltda. 1,80 124 124 124

A coligada tem como atividade principal a revenda, no mercado doméstico, dos veículos da frota operacional da Empresa e de sua controladora. Movimentação dos investimentos:

Saldos em 31/12/2021 125

(+/-) resultado de equivalência patrimonial (0)

Saldos em 31/12/2022 124

(+/-) resultado de equivalência patrimonial (0)

Saldos em 31/12/2023 124

**12. Imobilizado líquido**

Representado por bens reavaliados e dos efeitos tributários é como segue:

Taxa de depreciação (%) Custo Depreciação acumulada Valor liquido

2023 2022

2023 2022

2023 2022

2023 2022

2023 2022

2023 2022

&lt;p


**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Valores expressos em Reais)

	2023	2022
Custos e despesas com pessoal	(2.348) (2.395)	
Depreciações e amortizações	(36) (63)	
Locação de bens	(16) (30)	
Serviços prestados por terceiros	(78) (147)	
Despesas c/ Vendas de Passag e Agências	(3.552) (3.523)	
Despesas c/ Propaganda	(91) (123)	
Outros custos e despesas	(66) 47	
	<b>(6.188) (6.234)</b>	

**24. Outras receitas/(despesas) operacionais**

2023 2022

	2023	2022
Outras receitas operacionais		
Aluguéis	777 1.643	
Indenizações	633 278	
Receitas diversas	399 352	
Operação Seguro APP	179 123	
Recup. de PIS/COFINS s/ Base de calcu ICMS (i)		
Outros	748 908	
	<b>2.737</b>	<b>3.304</b>

(i) Refere-se ao reconhecimento da receita operacional da recuperação do valor principal de PIS/COFINS sobre base de cálculo do ICMS com as devidas atualizações de SELIC, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.

**25. Receitas e despesas financeiras**

2023 2022

	2023	2022
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	– (644)	
Demais juros apurados	(592) (830)	
Outras despesas financeiras (i)	(2.090) (1.332)	
	<b>(2.683) (2.806)</b>	

**26. Receitas financeiras**

Rendimento sobre aplicações financeiras

1.246 1.161

Descontos e juros recebidos

26 40

Atualiz. s/ Recup. de PIS/COF. Base de calc. ICMS (ii)

637 870

**27. Resultado financeiro líquido**

(774) (735)

(i) Referem-se despesas bancárias e despesas com taxas de administradora de cartão de crédito. (ii) Refere-se ao reconhecimento da receita financeira da atualização de SELIC na recuperação de PIS/COFINS sobre base de cálculo do ICMS, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.

**28. Prejuízo/Lucro líquido por ação**

O cálculo básico do Lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é o seguinte:

Descrição	2023	2022
Lucro (prejuízo) Líquido do exercício	13.069 (1.499)	
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	9.225 30.264	
Lucro (prejuízo) por lotes de mil ações - básico	<b>1.4167 (0.495)</b>	

A Empresa não possui ações em potencial, ou seja, qualquer instrumento e contratos que possam resultar na emissão de ações, por isso, não foi demonstrado o resultado por ação diluído.

**29. Cobertura de seguros (não auditado)**

Os valores segurados são determinados e contratados pela Diretoria, em bases

técnicas que contemplam o valor máximo passível de sinistro para a cobertura de eventuais perdas decorrentes desses sinistros com bens do ativo imobilizado, responsabilidade civil e danos (incêndio, queda de raio, explosão, vendaval e danos elétricos). A cobertura contratada é considerada suficiente pela Diretoria para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Em 31 de dezembro de 2023, o valor de cobertura de eventuais sinistros montava em R\$ 22.357(R\$ 22.357 em 2022). Segue abaixo quadro demonstrativo das responsabilidades cobertas por seguros e os respectivos montantes em 31 de dezembro de 2023:

**30. Modalidade do Seguro**
**Cobertura R\$ mil**

Mutíssimo	17.700
Responsabilidade Civil -RCO (por evento)	4.657
Seguro de vida	<b>12 X Salário do segurado</b>

**22.357**

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo do exame das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

**31. Eventos Subsequentes**

Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico. Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais. A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro. A Companhia ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.

**DIRETORIA**

Paula Barcellos Tommasi Corrêa - Diretora Executiva

Antonio Paulo dos Santos - Contador - CRC ES 017192/O-3


**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Diretores e Acionistas da **Viação Salutaris e Turismo S.A.** Cariacica - ES. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Viação Salutaris e Turismo S.A. ("Empresa")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Viação Salutaris e Turismo S.A.**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pelas demonstrações contábeis". **Responsabilidades do auditor pelas demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omisão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar

opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, 02 de abril de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 ES 004955/F-4

Cristiano Mendes de Oliveira

Contador CRC 1 RJ 078157/O-2 - S - ES

[www.aguabranca.com.br](http://www.aguabranca.com.br)
**3R PETROLEUM OFFSHORE S.A.**

CNPJ nº 02.857.854/0001-14 - NIRE 33.3.0033873-0

**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**
**REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2024**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 2 (dois) dias do mês de abril de 2024, às 14:00, na sede social da **3R PETROLEUM OFFSHORE S.A.**, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 186, Salas 1.401 e 1.501, Botafogo, CEP 22.250-145 ("Companhia"). 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: As formalidades de convocação foram dispensadas, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em vista da presença da totalidade das acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. 3. MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Matheus Dias de Siqueira e secretariados pela Sra. Carla Andriola. 4. ORDEM DO DIA: Apreciar e deliberar sobre, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), (i) a 3ª (terceira) emissão de ações ordinárias de capital, com direito a voto, de número nominal de R\$ 1,00 (um real), com vencimento em 2 de abril de 2024, com rendimento anual de 10% (dez por cento) e prazo de permanência de 10 anos; (ii) autorização para a Diretoria da Companhia, de forma direta ou indireta, por meio de procuradores, e nos termos do seu Estatuto Social, praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à formalização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, (a) a discussão e negociação dos demais termos das Debêntures, bem como a celebração, pela Companhia, do "Instrumento Particular de Escrita da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Privada, da 3R Petroleum Offshore S.A." ("Escrita de Emissão") e demais documentos relacionados às Debêntures; (b) a contratação dos prestadores de serviços da Emissão, incluindo, mas não se limitando ao assessoramento alegado e demais prestadores de serviços pertinentes (em conjunto, "Prestadores de Serviços"), podendo, para tanto, negociar e assinalar os respectivos contratos e fixar seus honorários; (c) a celebração de todos os demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão; (iii) a autorização para a Diretoria da Companhia e/ou seus procuradores, conforme o caso, no âmbito da Emissão e da Oferta, para celebrar, assinar e assinalar os respectivos contratos e fixar seus honorários; (iv) a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia ou por seus procuradores, conforme o caso, no âmbito da Emissão e da Oferta. 5. DELIBERAÇÕES: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, as acionistas da Companhia deliberaram: (i) aprovar a realização da Emissão, a qual terá as seguintes características e condições: (a) **Número do Dívida:** A presente Emissão constitui a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Companhia. (b) **Valor da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). (c) **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures na Data de Emissão será de R\$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"). (d) **Número de**



**CONTINUAÇÃO**  
**GRUPO SENDAS**
**SENDAS COMÉRCIO EXTERIOR E ARMAZÉNS GERAIS S.A.**

CNPJ - Nº 02.452.569/0001-13

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023. (Continuação)**

uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

**AudiLink**  
 Auditores & Consultores

 Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2024.  
**AudiLink & Cia. Auditores** – CRC/RS 003688/O-2 F-RJ  
 Roberto Caldas Bianchessi – Contador CRC/RS - 040078/O-7 S-RJ

**GRUPO**  
**THOQUINO**  
 Desde 1908

[www.thoquino.com.br](http://www.thoquino.com.br)
**INDÚSTRIAS DE BEBIDAS JOAQUIM THOMAZ DE AQUINO FILHO S.A.**

CNPJ: 31.901.382/0002-39

Aos Acionistas da **Indústrias de Bebidas Joaquim Thomaz de Aquino Filho S.A.** Srs. Acionistas, Submetemos à apreciação dos senhores acionistas as demonstrações financeiras da Indústrias de Bebidas Joaquim Thomaz de Aquino Filho S.A. relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2023**

	2023	2022	PASSIVO	2023	2022
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>83.938.117,56</b>	<b>71.276.244,72</b>	Fornecedores e Obrigações a Pagar	<b>22.957.948,16</b>	<b>18.423.749,34</b>
Disponibilidades Imediatas	20.383.651,35	74.159,04	Emprestimos e Financiamentos	19.913.523,18	14.295.932,80
Clientes	24.229.263,41	25.672.714,16	Outras Exigibilidades	1.530.990,99	2.172.490,09
Estoque	39.325.202,80	28.371.427,38	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>29.845.781,23</b>	<b>26.769.052,93</b>
Outros Créditos	-	16.490.508,14	Exigível a Longo Prazo	29.845.781,23	26.769.052,93
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>41.710.809,77</b>	<b>40.324.413,12</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>72.845.197,94</b>	<b>66.407.855,57</b>
Realizável a Longo Prazo	-	-	Capital	50.000.000,00	50.000.000,00
Investimentos	10.067.668,31	9.823.215,55	Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-
Imobilizado	31.643.141,46	30.501.197,57	Reservas - Incent. Fiscais/Reavaliações	16.838.903,37	9.193.678,07
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>125.648.927,33</b>	<b>111.600.657,84</b>	<b>Resultados Acumulados</b>	<b>6.006.294,57</b>	<b>7.214.177,50</b>
			Resultados Acumulados	6.937.579,83	5.069.969,82
			Resultado do Exercício	(931.285,26)	2.144.207,68
			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>125.648.927,33</b>	<b>111.600.657,84</b>

**DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS – EXERCÍCIO DE 2023**

	Capital	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Resultados Acumulados	Totais
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>R\$ 50.000.000,00</b>	<b>9.193.678,07</b>	<b>25.032,58</b>	<b>7.189.144,89</b>	<b>66.407.855,54</b>
Incentivos Fiscais	-	7.645.225,30	-	-	7.645.225,30
Ajuste Exerc. Anterior	-	-	-	723.402,36	723.402,36
Distribuição de Lucros	-	-	-	(1.000.000,00)	(1.000.000,00)
Resultado Exerc. 2023	-	-	-	(931.285,26)	(931.285,26)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>50.000.000,00</b>	<b>16.838.903,37</b>	<b>25.032,58</b>	<b>5.981.261,99</b>	<b>72.845.197,94</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2023**

**Nota 1** - Sumário das Práticas Contábeis - são adotados os princípios gerais de Contabilidade aplicáveis às Sociedades por Ações e legislação pertinente, em especial: a) Avaliação dos Estoques: segundo os custos médios de aquisição de matérias-primas e materiais, ou de acordo com os custos médios industriais apurados através de sistema auxiliar, apoiados em dados contábeis dos produtos preparados e acabados. Os valores apurados não excedem os vigentes no mercado. b) Atualização de direitos e obrigações sujeitos a variação monetária ou cambial, computando-se os valores daí apurados na conta de Resultado. c) Contabilização pelo método de equivalência patrimonial da variação do investimento realizado em empresa subsidiária, Thoquino Consultoria, Projetos e Participações Ltda., também reconhecido na conta de Resultados. **Nota 2 - Imobilizado** - É constituído pelas seguintes rubricas:

	Ano de 2023
<b>Itens</b>	<b>Ativo Imobilizado</b>
Direitos de Uso	20.909
Benfeitorias e Instalações	3.124.991
Imóveis Propriedades	14.039.366
Máquinas e Equipamentos	14.236.093
Móveis e Utensílios	3.424.073
Depósitos e Dornas	1.687.289
Veículos e Outros	5.640.506
<b>Total</b>	<b>42.173.227</b>
	<b>Fundo Depreciação</b>
	<b>31.643.141</b>

 Hugo Aquino Filho  
 Presidente

 Hugo Aquino Neto  
 Vice Presidente

 Renato Marion Martins de Aquino  
 Osmar Monteiro Moço - Técnico de Contabilidade CRC RJ 054681/O-0

**3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A.**  
 Companhia Aberta  
 CNPJ/MF nº 12.091.809/0001-55  
 NIRE 33.300.294.597 | Código CVM nº 02529-1

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024**

**3R PETROLEUM ÓLEO E GAS S.A.** ("Companhia"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º a 6º da Resolução CVM nº 81/2022 ("Resolução CVM 81"), vem, por meio deste edital, convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 14:00 horas, excepcionalmente, por motivo de força maior, conforme faculta o §2º do art. 124 da Lei das S.A., na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Salão Copacabana do JW Marriott Hotel, localizado na Avenida Atlântica, nº 2.600, Copacabana, CEP 22041-001, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhados do parecer dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria não estatutário, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo a aprovação de orçamento de capital da Companhia para o exercício social de 2024 e a retenção de parcela dos lucros, nos termos do art. 196, da Lei das S.A.; (iii) deliberar sobre a remuneração global e anual dos membros da administração da Companhia para o exercício social de 2024; e (iv) autorizar os administradores a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima, caso aprovados. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A. e do art. 6º, §1º da Resolução CVM 81, solicita-se que os acionistas ou seus representantes apresentem à Companhia, em até 48 (quarenta e oito) horas antecedentes ao horário da Assembleia, por meio do endereço eletrônico [ri@3rpetroleum.com.br](mailto:ri@3rpetroleum.com.br), extrato da posição acionária, emitido pela Instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme aplicável, e cópias dos seguintes documentos, que serão exigidos para a admissão à Assembleia: **Pessoas Físicas:** Cópia simples do documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteira de classe profissional oficialmente reconhecidas). **Pessoas Jurídicas:** Cópia da documentação societária comprovando poderes de representação, devidamente registrados na junta comercial ou registro civil de pessoas jurídicas competente, conforme o caso, bem como cópia simples do documento de identificação contendo foto do representante legal que comparecerá à Assembleia. **Fundos de Investimentos:** Cópia do regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, registrado no órgão competente, além da documentação societária comprovando poderes de representação devidamente registradas na junta comercial competente, e cópia simples do documento de identificação com foto do representante legal do administrador ou gestor, conforme o caso, que comparecerá à Assembleia. Os acionistas que forem representados por procurador deverão observar o disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi outorgada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, sendo aceita assinatura digital, por meio de certificado digital. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consonte previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas ou fundos de investimento acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com o contrato ou estatuto social próprio ou do administrador/gestor, conforme o caso, e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). A Companhia informa que, exclusivamente para esta Assembleia, dispensará o reconhecimento de firma e autenticação por cartório dos documentos apresentados, sendo certo que os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem estar traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, notarizados e consularizados (ressalvados os procedimentos alternativos eventualmente admitidos em razão de acordos ou convenções internacionais, tal como apostila) e registrados no Registro de Títulos e Documentos, inclusive para aceitação do boleto de voto à distância. Adicionalmente, informa-se que, nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que seus acionistas votem na Assembleia mediante o preenchimento e entrega de boleto de voto à distância, disponibilizado pela Companhia, nesta data, conforme orientações e prazos constantes do boleto de voto à distância e da proposta da administração. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (<http://ri.3rpetroleum.com.br/>), e foram enviados à CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)) e à B3 (<http://www.b3.com.br/>), atendendo-se, ainda, o disposto no art. 133 da Lei das S.A.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.

Harley Lorentz Scardelli  
 Presidente do Conselho de Administração

**GOVERNO DO ESTADO**  
**RIO DE JANEIRO**
**CEDAE**
**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL**  
**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**  
 CNPJ 33.352.394/0001-04 - NIRE 33.3.000.8797-4

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**
**CONVOCAÇÃO**

Por meio desta convocação, os Senhores Acionistas da **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE** estão convidados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na Sede Social da Companhia, situada na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro, no dia 30 de abril de 2024, às 15h00, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

**Em Assembleia Geral Ordinária:**

a) Tomada de contas dos administradores, leitura, discussão e votação das demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal;

b) Aprovação da Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

**GSH CORP PARTICIPAÇÕES S.A.**

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF nº 08.397.078/0001-01 - NIRE 33300339779

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024**

**1. Data, Hora e Local:** No dia 28/03/2024, às 14 horas, na sede da GSH Corp Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Praia do Flamengo, 154, 13º andar, Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.210-906. **2. Convocação:** Convocação feita nos termos do art. 13, §1º, do Estatuto Social da Companhia. **3. Instalação e Presença:** Foi instalada a reunião com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, os Srs. Carlos Eduardo Reis da Matta, Mauro Teixeira Sampaio, Otávio de Garcia Lazcano, Bernardo Werther da Araújo e Carlos Eduardo Lauin Costa. **4. Mesa:** Presidente: Carlos Eduardo Reis da Matta. Secretária: Julia Pereira Nobrega. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a aprovação dos termos e condições da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie Quirográfria, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, pela Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), no valor total de R\$500.000.000,00; (ii) a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à emissão das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado correspondente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures que tiverem aderido à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, conforme o caso, acrescida (a) da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, que não poderá ser negativo. (xx) Aquisição Facultativa. A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no artigo 55, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, na Resolução CVM nº 77, de 29/03/2022, conforme alterada, e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos da Escritura, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures. (xxi) Direito ao Recebimento dos Pagamentos. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido relativo à titularidade das Debêntures, nos termos da Escritura, aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. (xxii) Local de Pagamento. Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos da Escritura, serão realizados pela Companhia, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, à Remuneração, a prêmio de pagamento antecipado (se for o caso) e aos Encargos Moratórios (conforme definidos abaixo), e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, ou nos demais casos, por meio do Escriturador ou na sede da Companhia, conforme o caso. (xxiii) Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura até o 1º Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. (xxiv) Encargos Moratórios. Ocorrendo de impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos da Escritura, adicionadamente ao pagamento da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% ao mês ou fração de mês, calculados pro rata temporis, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% ("Encargos Moratórios"). (xxv) Decadência dos Direitos aos Acréscimos. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas na Escritura ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos da Escritura não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento. (xxvi) Imunidade Tributária. Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Agente de Liquidação ou ao Escriturador, conforme o caso, no prazo mínimo de 10 Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Na hipótese de qualquer Debenturista ter sua condição de imunidade ou isenção alterada, deverá informar ao Agente de Liquidação ou ao Escriturador, conforme o caso, tal alteração no prazo de 2 Dias Úteis contados da data da formalização da referida alteração. (xxvii) Classificação de Risco. As Debêntures serão objeto de classificação de risco (rating) pela Fitch Ratings ("Agência de Classificação de Risco"), a qual será atualizada anualmente ou na menor periodicidade possível, exigida pela regulamentação vigente, durante toda a vigência das Debêntures. A Companhia poderá substituir a Agência de Classificação de Risco, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, pela Standard & Poor's ou Moody's América Latina, sem necessidade de aprovação prévia dos Debenturistas, devendo notificar o Agente Fiduciário em até 10 Dias Úteis contados da contratação da nova Agência de Classificação de Risco Autorizada. (xxviii) Vencimento Antecipado. Sujeito ao disposto na Escritura, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, dos valores devidos nos termos da Escritura, na ocorrência de qualquer dos eventos descritos na Escritura, e observados, quando expressamente indicados na Escritura, os respectivos prazos de cura. Ficam aprovados os Eventos de Inadimplemento descritos na Escritura, cuja versão final foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia nesta data e será apresentada para registro na JUCERA/JA em conjunto com a presente ata (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"); (xxix) Publicidade. Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no jornal "Diário Comercial", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído. No caso de alteração na legislação atual que venha a permitir outra forma de publicação dos atos societários, os atos e decisões relativos às Debêntures passarão a ser publicados da mesma forma que os atos societários da Companhia. (xxx) Colocação. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Resolução CVM 160, da Lei nº 6.385/76, conforme alterada, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do Contrato de Distribuição, com a intermediação do Coordenador, tendo como público-alvo investidores profissionais, nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 30, sob o regime de garantia firme de colocação com relação à totalidade das Debêntures. (xxxi) Prazo de Subscrição. A subscrição das Debêntures deve ser realizada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de divulgação do anúncio de início da Oferta, nos termos do artigo 48 da Resolução CVM 160. (xxxii) Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização. As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3, à vista, no ato de subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, (i) pelo Valor Nominal Unitário, na primeira Data de Integralização; ou (ii) pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização, no caso das integralizações que ocorram após a primeira Data de Integralização ("Preço de Integralização"). As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, em função das condições objetivas do mercado, desde que seja aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures integralizadas em uma mesma data. A aplicação de ágio ou deságio poderá decorrer de condições como: (i) alteração na taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custodia ("Taxa SELIC"); (ii) alteração nas taxas de juros dos títulos do tesouro nacional; ou (iii) alteração no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e/ou na Taxa DI, sendo certo que o preço da Oferta será único e, portanto, eventual ágio ou deságio deverá ser aplicado à totalidade das Debêntures integralizadas em cada data de integralização. A aplicação de deságio poderá afetar o comissionamento da Oferta, sendo certo que não haverá alteração dos custos totais ("custos all-in") da Companhia estabelecidos no Contrato de Distribuição. (xxxiii) Destinação dos Recursos. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das Debêntures serão destinados, na seguinte ordem, para (i) resgate antecipado das debêntures subscritas sob código de ativo GGSH12 identificadas no Anexo I da Escritura; e (ii) eventuais valores excedentes poderão ser destinados a recomposição de caixa. (xxxiv) Demais Condições: todas as demais condições e regras específicas relacionadas à Emissão, à Oferta e/ou às Debêntures serão detalhadas na Escritura. Para os fins da Escritura e dos demais documentos da Oferta, "Dia Útil" significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. **1.2. Autorizar a Diretoria a adotar todos e quaisquer atos necessários à implementação da Emissão e da Oferta incluindo, mas não se limitando, a (a) contratação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários para intermediação da Oferta, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação do serviço, bem como celebrar o contrato de distribuição da Oferta; (b) contratação dos prestatórios de serviços da Emissão, incluindo, mas não se limitando, o Agente de Liquidação, o Escriturador, a B3, o Agente Fiduciário, e o(s) assessor(es) legal(is), podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação do serviço, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais aditamentos; e (c) discussão, negociação, definição dos termos e condições da Emissão, das Debêntures, da Oferta, bem como a celebração da Escritura do Contrato de Distribuição e seus respectivos eventuais aditamentos, da declaração de vedacidade ou ainda dos demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão e/ou da Oferta. **1.3. A ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia ou por seus procuradores, conforme aplicável, para a realização da Emissão e da Oferta.** **1.4. Por fim, autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário.** **1.5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes. Assinaturas: Mesa: Presidente: Carlos Eduardo Reis da Matta; Secretária: Julia Pereira Nobrega. Membros do Conselho de Administração da Companhia: Srs. Carlos Eduardo Reis da Matta, Mauro Teixeira Sampaio, Otávio de Garcia Lazcano, Bernardo Werther da Araújo e Carlos Eduardo Lauin Costa. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio que figura arquivada na sede da sociedade. Rio de Janeiro, 28/03/2024. Carlos Eduardo Reis da Matta - Presidente; Julia Pereira Nobrega - Secretária. Jucerj nº 00006160077 em sessão de 02/04/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral**

**CASA DE SAÚDE SÃO LUCAS S.A.**

CNPJ/MF nº 30.537.740/0001-22

**Convocação:** Empresa estabelecida na Av. Antônio Mario de Azevedo, 715 - Duas Pedras, Nova Friburgo - RJ, vem convocar seus acionistas a se reunirem em **AGO/AGE**, no dia 06/05/2024, às 17 h, em 1º convocação com a presença de no mínimo 2/3 do capital, com direito a voto, ou 17:30h em 2º convocação com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I - AGO:** a) Leitura do relatório da Administração; b) Leitura, discussão, votação e aprovação das Demonstrações Contábeis de exercício findo em 31/12/2023; c) Deliberação do resultado do exercício; d) assuntos gerais. **II - AGE:** a) Remuneração da administração. Aviso - Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **A diretoria.**

**GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A.**

CNPJ nº 17.765.891/0001-70 - NIRE 33.3.0030675-7

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2024.** Ficam convocados os acionistas da **Grupo Salta Educação S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei 6.404/76 e no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, a comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada, no dia 10 de abril de 2024, às 10:00, na sede da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo de Brito, nº 13, Botafogo, CEP 22.280-100, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (I) aprovar a emissão de novas ações da Companhia, no montante global de, no mínimo, R\$ 145.073.574,40, e, no máximo, R\$ 188.764.758,15, corrigidos pela variação do CDI desde 21 de março de 2024, permitida a homologação parcial, desde que subscrito o montante global mínimo, deliberando a assembleia geral sobre o preço de emissão e a fixação do prazo para exercício do direito de preferência; e (II) fixar os montantes do valor subscrito que deverão ser destinados às contas de capital social e da reserva de capital. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia Geral Extraordinária portando documento de identidade. Nos termos do art. 126 da Lei 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. A Administração da Companhia, adicionalmente, permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos e instruções adicionais que se façam necessários. Rio de Janeiro/RJ, 2 de abril de 2024. **María Eduarda de Arruda Faílão Vasconcellos - Presidente do Conselho de Administração.**

**LIGHT S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

CNPJ 03.378.001/0001-75 - NIRE: 33.300.263.16-1

Companhia Aberta

**Edital de Convocação. Assembleia Geral Ordinária.** Ficam convidados os Acionistas da **LIGHT S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, em 30 de abril de 2024, às 16 horas, de modo exclusivamente digital, via plataforma *Ten Meetings*, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem a seguinte ordem do dia: 1. Examinar, discutir e votar as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 3. Instalar e fixar o número de membros do Conselho Fiscal; 4. Eleger os membros efetivos e suplementares do Conselho Fiscal; 5. Fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024; e 6. Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal. **Informações aos Acionistas:** A AGO será realizada exclusivamente por meio eletrônico, nos termos da Resolução CVM 81. Os acionistas poderão exercer o direito de voto por meio de: (i) boleto de voto a distância, com envio de instrução de voto previamente à realização da AGO ("Bolelim"); ou (ii) participação via sistema eletrônico pela plataforma *Ten Meetings* no momento da realização da AGO. Para participação na AGO por meio da plataforma eletrônica, os acionistas deverão realizar o cadastro na plataforma digital e enviar os documentos necessários, nos termos do item 3 do Manual de Participação dos Acionistas, através do endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/869153752> com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da AGO, isto é, até às 16 horas do dia 28 de abril de 2024, devendo observar as orientações detalhadas no Manual da Plataforma – Participante, da plataforma *Ten Meetings*, também disponível para download no endereço eletrônico acima. É facultado a qualquer acionista constituir procurador para comparecer à AGO e votar em seu nome. Na hipótese de representação, o acionista deverá observar os termos do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), devendo o procurador ter sido constituído há menos de 1 (um) ano e ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, ou, ainda, ser instituição financeira. O acionista que optar por exercer seu direito de voto por meio do boleto de voto a distância deverá enviar o correspondente Bolelim, até o dia 23 de abril de 2024, inclusive, por meio de seu respectivo agente de custódia, pelo banco escrivurador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, por meio de endereço eletrônico [r@light.com.br](mailto:r@light.com.br). O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviço deverá entrar em contato com seu agente de custódia ou com a instituição escrivuradora das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depósito central, observadas as regras por esses determinadas para transmissão de suas instruções de voto, bem como os prazos necessários para que seus votos sejam transmitidos. Ressaltamos que, havendo divergência entre o boleto de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e as instruções de voto eventualmente enviadas aos agentes custodiantes ou ao escrivurador das ações da Companhia, estes últimos prevalecerão. É dispensado o envio da via física do Bolelim para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma e autenticação, bastando o envio de cópia simples das vias originais para o endereço eletrônico [r@light.com.br](mailto:r@light.com.br). O acionista será responsável pela integridade e confiabilidade dos documentos enviados à Companhia. Outras informações a respeito dos prazos e procedimentos para os acionistas que desejam participar por meio digital da AGO ou por meio do envio do Bolelim encontram-se no site de Relações com Investidores da Companhia ([www.ri.light.com.br](http://www.ri.light.com.br)) e no Manual de Participação dos Acionistas. Para participarem da AGO, os acionistas deverão realizar cadastramento na plataforma digital e enviar os documentos descritos abaixo, através do endereço eletrônico da plataforma digital <https://assembleia.ten.com.br/869153752>: **Acionistas Pessoas Físicas:** • Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteira de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil). Caso o acionista se faça representar por procurador, documento de identificação com foto do procurador presente e procuração com poderes específicos, outorgada nos termos do §1º do art. 126 da Lei das S.A., por instrumento público ou particular, assinada manualmente, que não precisará conter a firma reconhecida do outorgante ou com assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil; • Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteira de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil) do(s) representante(s) legal(is); e • Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escrivurais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias antes da realização da AGO. **Fundos de Investimentos:** Cópia do regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador ou gestor, conforme o caso, juntamente com documentação societária comprobatória de poderes de representação legal do administrador ou gestor, conforme o caso (ata de eleição de administradores e/ou procuração com poderes específicos, outorgada nos termos do §1º do art. 126 da Lei das S.A., por instrumento público ou particular, assinada manualmente, que não precisará conter a firma reconhecida do outorgante ou com assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil); • Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteira de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil) do(s) representante(s) legal(is); e • Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escrivurais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias antes da realização da AGO. **Para os acionistas que queiram participar por meio do envio do Bolelim, a Companhia dispensa o reconhecimento de firma nos documentos apresentados, bem como a notarização e consularização ou apostilação daqueles assinados no exterior. Ademais, a Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados de respectiva tradução nesses mesmos idiomas. Em cumprimento ao disposto na Resolução CVM 81, estão disponíveis aos acionistas na**

**LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.**  
 Companhia Aberta  
 CNPJ/MF nº 60.444.437/0001-46 - NIRE 33.3.0010644-8

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 22ª EMISSÃO DE DEBÉNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSIVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.**

Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a **VX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MÓBILIÁRIOS LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 15.227.994/0001-50 ("Agente Fiduciário"), na qualidade de Agente Fiduciário da 22ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Unica, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública da **LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.** ("Debenturistas", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), em decorrência, (i) dos recentes andamentos do Processo de Recuperação Judicial nº 0843430-58.2023.8.19.0001, que tramita perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Recuperação Judicial"); e (ii) da iminente votação do Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores, vem **CONVOCAR** os debenturistas a reunirem-se em **SEGUNDA CONVOCAÇÃO**, em Assembleia Geral de Debenturistas da Emissão ("AGD"), a ser realizada em **18 de abril de 2024, às 16h00**, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), nos termos da Escritura de Emissão celebrada entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora da Emissão, Light S.A. ("Escritura de Debêntures"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): I. Aprovação da orientação de voto elaborada pelos Assessores Legais para que o Assessor Legal possa votar em conformidade com as deliberações desta AGD na Assembleia Geral de Credores ("AGC") em representação aos Debenturistas; II. Autorização para que os Assessores Legais possam votar pela suspensão da AGC pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias da data de realização da AGC, caso essa deliberação seja submetida à AGC; III. Aprovação para que o Agente Fiduciário e o Assessor Legal tomem todas as medidas necessárias para implementação das deliberações desta AGD; IV. Aprovação da suspensão de todos os itens da ordem do dia desta AGD, com o propósito de permitir a reabertura e nova deliberação, se for o caso, para nova deliberação destes itens, em data a ser indicada pelo Assessores Legais, em caso de apresentação pela Light de aditamento ao PRJ, em prazo não inferior a 3(três) dias úteis antes da antecedência da data pretendida para a retomada da AGD.

**1. Informações Gerais.** 1.1. A AGD será realizada de forma exclusivamente digital e remota, por meio de participação remota através da Plataforma Digital, conforme instruções dispostas no parágrafo das "Informações Gerais" disponível no website do Agente Fiduciário ([www.vortex.com.br](http://www.vortex.com.br)), observado o disposto no artigo 71, §2º, da Resolução CVM 81. O Agente Fiduciário disponibilizará (i) Plataforma Digital para participação e votação remota, como alternativa, para viabilizar a participação à distância dos Debenturistas na AGD; (ii) Instrução de Voto à Distância; (iii) Material de apoio, disponibilizado no site do Agente Fiduciário ([www.vortex.com.br](http://www.vortex.com.br) contendo todas as orientações e modelos a serem adotados pelos Debenturistas para envio de Instrução de Voto à Distância, bem como os documentos para participação e representação na AGD, observado o disposto do artigo 72, § 1º da Resolução CVM 81 e em conformidade com os artigos 126, § 1º da Lei das S/A e 654, § 1º e §2º do Código Civil. 1.2. O Agente Fiduciário não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os Debenturistas possam enfrentar, bem como por eventuais questões alheias ao Agente Fiduciário que possam dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia por meio do sistema eletrônico. 1.3. O Agente Fiduciário recomenda que os Debenturistas que optarem por participar da presente AGD de forma síncrona acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e que os Debenturistas se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Geral de Debenturistas. 1.4. Os Debenturistas que participarem via Plataforma Digital ou que tenham enviado Instrução de Voto à Distância serão considerados presentes à AGD e assinantes da ata e do livro de presença, ou, alternativamente, o registro em ato dos Debenturistas que participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, pelos meios referidos neste edital, pode ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário da Assembleia Geral de Debenturistas, cujas assinaturas podem ser feitas por meio de certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade em formato compatível com o adotado para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto no artigo 76, §2º da Resolução CVM 81. 1.5. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário ([www.vortex.com.br](http://www.vortex.com.br)). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

São Paulo, 01 de abril de 2024.



**APOLO TUBOS E EQUIPAMENTOS S.A.**  
 CNPJ/MF nº 33.017.088/0001-03  
 NIRE nº 33.3.0004299-7

#### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

##### CONVOCAÇÃO

Nos termos da Reunião do Conselho de Administração da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Companhia") realizada em 19 de março de 2024, ficam os Senhores Acionistas da Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada excepcionalmente fora da sede da Companhia no dia 26 de abril de 2024, às 11:00 horas, na sede da sua controladora Dexxos Participações S.A., na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar, Rio de Janeiro/RJ, a fim de deliberar e votar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração da Companhia, suas contas e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (iii) Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Deliberar e votar a proposta da verba global anual da remuneração da administração para o exercício de 2024. Os documentos e informações referidos no art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Rio de Janeiro, 3 de abril de 2024. **Antonio Joaquim Peixoto de Castro Palhares - Presidente do Conselho de Administração.**



**GPC QUÍMICA S.A.**  
 CNPJ/MF nº 90.195.892/0001-16  
 NIRE 33.3.0028844-9

#### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

##### CONVOCAÇÃO

Nos termos da Reunião do Conselho de Administração da GPC Química S.A. ("Companhia") realizada em 19 de março de 2024, ficam os Senhores Acionistas da Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede da Companhia, na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar – parte, CEP 20021-290, na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, às 12:00 horas do dia 26 de abril de 2024, a fim de deliberar e votar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração da Companhia, suas contas e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (iii) Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Deliberar e votar a proposta da verba global anual da remuneração da administração para o exercício de 2024. Os documentos e informações referidos no art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Rio de Janeiro, 3 de abril de 2024. **Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares - Presidente do Conselho de Administração.**



**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL**  
**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**  
 CNPJ 33.352.394/0001-04 - JUCERJA/NIRE 33.3.000.8797-4

#### AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, em sua Sede Social na Av. Presidente Vargas, nº 2655 - 6º andar - Cidade Nova - RJ e no site da Companhia (<https://cedae.com.br/ricedae>), os documentos a que se refere o Art. 133, Lei nº 6.404/76, tais como o Relatório da Administração, a Cópia das Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao Exercício Social de 2023.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.

Antônio Carlos dos Santos  
 Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

## Arcos Saneamento e Participações S.A.

CNPJ nº 29.291.541/0001-96

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

Balanços patrimoniais		Controladora		Consolidado		Balanços patrimoniais		Controladora		Consolidado		Demonstrações dos fluxos de caixa		Controladora		Consolidado					
Ativos	Nota	2023	2022	Ativos	Nota	2023	2022	Ativos	Nota	2023	2022	Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022	Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022		
Caixa e equivalentes de caixa	6	10	10	138.986	77.136			Fornecedores e empreiteiros	14	612.910	188.645	Resultado antes dos tributos	65.179	64.880	1.873.159	669.921					
Aplicações financeiras	7	15.963	-	4.753.600	1.901.775			Empreitistas, finanças e debêntures	15	37.318	31.980	1.556.806	1.449.740			Reversões de provisão para contingências	18 e 22	-	(345.174) (1.485)		
Contas a receber de clientes	8	-	-	1.848.528	1.038.364			Obrigações trabalhistas e sociais	16	15	13	655.472	131.636			Reversão de perdas de crédito esperadas	18 e 22	-	(345.174) (1.485)		
Ativos financeiros contratuais	9	-	-	333.560	81.012			Dividendos a pagar	10	2.510	-	163.431	15.578			Baixa de títulos do contas a receber	8 e 22	-	(112.839) (383)		
Estoques	-	-	-	179.139	33.920			Imposto de renda e contribuição social	25 a.	-	-	146.734	66.747			Reversão de perdas de crédito esperadas	8 e 22	-	(166.744) 120.329		
Tributos a recuperar	-	-	-	316	195.376	151.300		Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	540.988	81.628			Baixa do ativo do contrato	12	-	709		
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10	-	-	71.530	1.806			Parcelamentos de tributos	-	-	-	604	638			Reversão de provisões para benefício pós-emprego	23	-	(115.544) -		
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	322.168	91.216			Outros tributos diferidos	-	-	-	30.774	11.233			Baixa de intangível e imobilizado	-	-	1.714 7.774		
Outros créditos	-	-	-	15.973	326.784.887	3.523.615		Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	251	-	-	286.561	141.712			Resultado da equivalência patrimonial	11	(87.334)	(86.663) (240.065)		
Total do ativo circulante	-	-	-	15.973	326.784.887	3.523.615		Outras contas a pagar	17	-	-	39.853	32.245	2.125.086		Receita de dividendos	23	-	(266.179) (66.277)		
Aplicações financeiras	7	-	-	172.788	113.178			Passivo fiscal diferido	25 b.	-	-	1.410.469	9.124.845			Rendimento sobre aplicações financeiras e debêntures privadas	24	1.241	- (281.138) (353.659)		
Contas a receber de clientes	8	-	-	491.522	446.714			Passivo fiscal diferido	25 b.	-	-	1.687.645	68.893			Ganho Perda líquida com instrumentos financeiros derivativos	24	-	- 593.764 366.013		
Ativos financeiros contratuais	9	-	-	512.043	507.032			Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	328.935	236.411			Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15 e 24	22.006	1.468.640 1.116.405		
Tributos a recuperar	-	-	-	1.273.6	170.105	157.934		Provisão de Benefício Pós-Emprego	19	-	-	622.578	-			Amortização do custo de captação	15	291	292 62.975 50.279		
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10	-	-	835.226	-			Outros tributos diferidos	-	-	-	55.465	33.153			Variação cambial líquida	24	-	(364.604) (96.113)		
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	709.390	42.587			Outras contas a pagar	17	-	-	75.174	255.346	370.157		Valor justo líquido da dívida por meio do resultado	24	-	- 103.345 (31.482)		
Depósitos judiciais	-	-	-	541.514	25.104			Patrimônio líquido	20	-	-	1.206.470	612.916			Ajuste a valor presente de clientes de clientes	8 e 24	-	- 65.046 45.388		
Títulos e valores mobiliários	11	-	-	480.964	55.328			Capital social	-	-	-	226.775	357.007	20.591.023	10.605.570	Ajuste a valor presente de clientes sobre ativos financeiros	24	-	- (16.923) -		
Partes Relacionadas	-	-	-	21.548	-			Reserva de lucros	20	-	-	266.626	389.252	24.731.492	12.730.500	Atualização monetária de provisão para contingências	18	-	- 43.727 313		
Outros créditos	-	-	-	220.119	38.378			Ajuste da avaliação patrimonial	-	-	-	25.006	25.006	50.958		Atualização de outras contas a pagar	-	-	- 68.065 (21.322)		
Total do ativo circulante	-	-	-	15.973	326.784.887	3.523.615		Ajuste de conversão de balanço	-	-	-	25.006	25.006	50.958		Bônus para diretoria	-	-	- 79.497		
Aplicações financeiras	7	-	-	172.788	113.178			Participação de não controladores	-	-	-	1.123.551	804.310	1.123.551	804.310						
Contas a receber de clientes	8	-	-	491.522	446.714			Participação de não controladores	-	-	-	8.370.354	3.810.349			Dividendo sobre aplicações financeiras e debêntures privadas	24	-	- (364.604) (96.113)		
Ativos financeiros contratuais	9	-	-	512.043	507.032			Total do passivo	20	-	-	1.123.551	804.310	9.493.905	4.614.659						
Tributos a recuperar	-	-	-	1.273.6	170.105	157.934		Patrimônio líquido	-	-	-	1.123.551	1.193.562	34.225.397	17.345.315						
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10	-	-	835.226	-			Capital social	-	-	-	520.899	672.492	520.899	672.492						
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	709.390	42.587			Reserva de lucros	20	-	-	520.899	672.492	520.899	672.492						
Depósitos judiciais	-	-	-	541.514	25.104			Ajuste de conversão de balanço	-	-	-	520.899	672.492	520.899	672.492						
Títulos e valores mobiliários	11	-	-	480.964	55.328			Participação de não controladores	-	-	-	520.899	672.492	520.899	672.492						
Partes Relacionadas	-	-	-	21.548	-			Total do passivo	20	-	-	520.899	672.492	520.899	672.492						
Outros créditos	-	-	-	220.119	38.378			Patrimônio líquido	-	-	-	520.899	672.492	520.899	672.492						
Total do ativo realizable a longo prazo	-	-	-	2.736	21.548	10.666.814		Capital social	-	-	-	520.899	672.492	520.899	672.492						
Investimentos	11	1.371.396	1.171.688	676.583	827.857			Reserva de lucros	20	-	-	520.899	672.492	520.899	672.492						
Despesas administrativas e gerais	-	-	-	84	-			Ajuste de conversão de balanço	-	-	-	520.899	672.492	520.899	672.492						
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	22	-			Participação de não controladores	-	-	-	520.899	672.492	520.899	672.492						
Outras despesas operacionais	-	-	-	23	-			Total do passivo	20	-	-	520.899	672.492	520.899	672.492						
Outras despesas operacionais	-	-	-	8.185	(3.440)			Patrimônio líquido	-	-	-	520.899	672.492	520.899	672.492						
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	87.334	86.6																

Notas explicativas da Administração

•\* continuação

premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses, ajustadas por eventos futuros relevantes esperados. O Grupo realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos, privados e renegociados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência. As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 26. (ii) **Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação é realizado o teste de redução ao valor recuperável do ativo. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refletem as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. f) **Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura:** As concessões do Grupo aplicam a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório. A infraestrutura recebida e/ou construída pelo concessionário não é registrada como ativo imobilizado, porque os contratos de concessão não transferem ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direita sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. As controladas indiretas Serra, Vila Velha, Cariacica, Metrosul, Ceará 1 e Ceará 2 possuem um direito incondicional de recebimento da remuneração prevista em contrato do montante dos investimentos realizados, razão pela qual, à medida que executam as construções e melhorias, reconhecem um ativo financeiro. A controlada indireta Corsan reconhece para alguns contratos um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber um montante financeiro ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Para as demais controladas indiretas, não estão previstos nos contratos de concessão qualquer remuneração, mas sim o direito de cobrar o usuário pelos serviços prestados, portanto, essas controladas indiretas, reconhecem um ativo intangível à medida que a construção e/ou melhoria são realizadas. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor. g) **Capitalização dos custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria. h) **Benefícios a empregados:** (i) **Benefício de curto prazo a empregados - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados:** São reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou constitutiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (ii) **Benefício pós-emprego - Planos de saúde:** O Grupo oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são coprotagonizadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e suas controladas são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuário independente. (iii) **Benefício de aposentadoria:** Os estudos atuariais realizados para dimensionar as obrigações e custos dos benefícios de aposentadoria e assistência à saúde têm a finalidade de atender às exigências de contabilização de passivos/ativos resultantes dos benefícios oferecidos pelas empresas aos seus empregados, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1)/IAS 19. Os cálculos atuariais efetuados para dimensionar todas estas obrigações são realizados tendo como base parâmetros técnicos (premissas atuariais, demográficas, econômicas e financeiras) que são reavaliados periodicamente visando atestar sua aderência à massa de participantes do plano. i) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Caso uma divulgação possa prejudicar seriamente a posição do Grupo, essa informação não é divulgada. j) **Capital social:** (i) **Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido. k) **Receita de contrato com cliente:** O Grupo reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita do Grupo estão descritas a seguir: (i) **Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto:** A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: captação, adução, tratamento e distribuição de água, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes. A receita relacionada ao tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo faturada através do volume medido de esgoto tratado e/ou por meio da paridade com água. (ii) **Outros serviços indiretos de água e esgoto:** A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se, principalmente à prestação de serviços de ligação de água ou esgoto, instalações de hidrômetros e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado e, a receita, reconhecida neste momento. (iii) **Receitas de serviços:** A receita de serviços prestados pela Companhia às controladas e coligadas, refere-se a serviços de contabilidade, tributário, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita, tecnologia da informação e serviços administrativos e são apuradas tendo como métrica as economias ativas e números de funcionários das concessões, sendo reconhecidas no resultado. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da mensuração periódica do serviço realizado. A receita de serviços prestados pela controlada indireta GSS, às controladas e coligadas do Grupo, refere-se a serviços a serviços de implementação e manutenção de software. A receita de serviços prestados pela controlada indireta LVE, às controladas e coligadas do Grupo, refere-se a serviços de locação de veículos. (iv) **Receitas de construção ativo financeiro:** A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referente aos projetos de infraestrutura que algumas controladas indiretas executam no âmbito de contratos de parceria público privada ("PPP"). A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado em função do estágio da obra, à medida que os custos são incorridos e mensurada com base nos seus valores justos. O concessionário estima que o valor justo de sua contraprestação recebida seja equivalente aos custos de construção previstos mais a margem sobre os custos de desenvolvimento da infraestrutura que são reconhecidos à medida que são incorridos. As margens justas mensuradas nas controladas indiretas Serra, Vila Velha, Cariacica, Metrosul, Ceará 1 e Ceará 2 pela margem de construção em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são de: 57,91%, 37,35%, 11,10%, 50,66%, 53,28% e 42,63% respectivamente. Subsequentemente o recebível é mensurado com o custo amortizado utilizando o método de juros efetivos menos os recebimentos, sendo esse reconhecido no resultado como Remuneração do Ativo Financeiro. (v) **Receitas de construção ativo intangível:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria dos contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. As controladas indiretas da Companhia estimaram que eventual margem é próxima a zero. l) **Ativos financeiros contratuais:** A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com o Cliente, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base na cronograma físico-financeiro de cada contrato. Em contrapartida o Grupo reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber um montante financeiro ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes créditos a receber são classificados no ativo não circulante, tendo como base a data de encerramento das concessões. Esses ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. m) **Tributos:** (i) **Imposto de renda e contribuição social: Lucro presumido:** As controladas indiretas Bombinhas, Holambra e Penha calculam o Imposto de Renda e a Contribuição Social com base no faturamento bruto, aplicando sobre esse a alíquota de presunção de 32% e, ao resultado, soma-se 100% da receita financeira para chegar à base tributável. Para fins de apuração dos tributos sobre o lucro devidos, aplica-se o percentual de 15% acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para o Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Lucro real:** As demais controladas e a Companhia calculam o Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferida sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária, aplicando uma alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **Subvenção governamental:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 algumas controladas indiretas da Companhia utilizaram benefícios fiscais, obtidos por meio de laudos constitutivos expedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, conforme área de atuação, que concedeu o direito à redução de 75% da alíquota de Imposto de Renda, não restituíveis, calculados sobre o Lucro da Exploração das atividades incentivadas. Face à existência do incentivo fiscal, a alíquota efetiva do Imposto de Renda somada à contribuição social é calculada a 15,25% (25% do IRPJ - 75% de redução do incentivo fiscal + 9% de CSLL), e consideraram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Em contrapartida, as controladas indiretas deverão atender algumas obrigações, como a não distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago, devendo, após seu reconhecimento em conta de resultado pelo regime de competência, ser mantido em reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social. **Imposto corrente:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **Imposto diferido:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial dos ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas, até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social desritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Exposições fiscais:** Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferidos o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam o Grupo a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. (ii) **Tributos sobre prestações de serviços:** O PIS e COFINS corrente e diferidos, para a controladora e controladas enquadradas no regime não cumulativo, são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, sendo essas alíquotas também utilizadas para a tomada de créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações do Grupo. Já para as controladas no regime cumulativo, as alíquotas aplicadas são de 0,65% para PIS e 3% para COFINS, sendo que nesse regime não é permitido a tomada de créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços. O PIS e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, se mantendo assim até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem, quando o recolhimento será realizado, de acordo com a legislação fiscal vigente. n) **Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. (i) **Reconhecimento e mensuração inicial: Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina os fluxos de caixa resultante da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamentação ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros que são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina os fluxos de caixa resultante da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamentação ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Situação às demonstrações financeiras da Arcos Saneamento e Participações S.A. - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)						
designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. (ii) Mensuração subsequente: <b>Ativos financeiros:</b> Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em três categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado; Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos oriundos desses instrumentos patrimoniais são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando o Grupo se beneficia desses proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. <b>Passivos financeiros:</b> Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros do Grupo são classificados nas seguintes categorias: • Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. <b>Desreconhecimento:</b> <b>Ativos financeiros:</b> Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; ou • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiram uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiram o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do um ativo ou celebram um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, retiveram os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. <b>Passivos financeiros:</b> Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. (iii) Compensação: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. (iv) <b>Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:</b> <b>Opcão de ações:</b> A controlada indireta Aegea detém opção de compra das ações preferenciais das suas coligadas e controladas as quais são mensuradas ao valor justo por meio do resultado, valor este, registrado no ativo não circulante na rubrica de Instrumentos financeiros em contrapartida no Resultado financeiro. Para determinar o valor justo das opções, a Companhia utiliza especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de atualização para cálculo apropriado. <b>Instrumento financeiro derivativo:</b> O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, swaps de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos de taxa de juros, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. No início de um relacionamento de hedge, o Grupo formalmente designa e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como o Grupo avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge; • O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e • O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que o Grupo efetivamente utiliza para proteger essa quantidade do item protegido. <b>Hedges de fluxo de caixa:</b> O Grupo utiliza contratos de swap como hedge para proteger sua exposição ao risco identificado. A parcela efetiva do ganho ou perda na avaliação do valor justo do instrumento de hedge é reconhecida em outros resultados abrangentes. Para quaisquer hedges de fluxo de caixa, o montante acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado. Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima. (v) <b>Hedges de valor justo:</b> O Grupo utiliza contratos de swap como hedge para proteger sua exposição ao risco identificado. A mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado. Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. (vi) <b>Hierarquia do valor justo:</b> Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais alto que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não está disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no final de cada período de divulgação (vii) <b>Receitas financeiras e despesas financeiras:</b> As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras e debêntures privadas, juros e multa recebidos ou auferidos, variações cambiais ativas, valor justo das opções de ações e ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras abrangem despesas com encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, ajuste a valor presente de clientes, variações cambiais passivas, valor justo da dívida por meio do resultado e perda com instrumentos financeiros derivativos. o) Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. p) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes. Alterações no CPC 50 (IFRS 17), CPC 23 (IAS 8), CPC 26 (R1) e CPC 32 (IAS 12). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias, tais como: • IFRS 17 Contrato Seguros (equivalente ao CPC 50 - Contrato de Seguros) - é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguros, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação, que substitui o IFRS 04 (equivalente CPC 11). A norma se aplica a todos os contratos de seguro; • Alteração IAS 8 Definições de estimativas contábeis - Esclarecimentos a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, além de esclarecer como entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. (equivalente ao CPC 23); • Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Orientações e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis (equivalente ao CPC 26 (R1)); • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação - Alterações do IAS 12 - Estrelaram o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis subsequentes, como arrendamentos passivos de desativação. (equivalente ao CPC 32- Tributos sobre o lucro); e • Reforma tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32- Tributos sobre o lucro) as alterações foram introduzidas em respostas as regras do Pilar Dois da OCDE sobre BPEs e pode impactar o imposto diferido e necessidade de divulgação para entidade afetadas. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. q) Normas emitidas, mas ainda não estão vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • IFRS 16 - Passivo da locação em um Sale and Leaseback - Transação de venda retroarrendamento (equivalente CPC 06); • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordo de fornecimentos de fornecedores (equivalente aos CPC 03 e CPC 40 (R1) respectivamente). 5. Reestruturação societária e combinação de negócios: (i) <b>Aquisição de controlada:</b> Em 07 de julho de 2023, a controlada indireta Saneamento Consultoria S.A. ("Sanco") em conjunto com a coligada Parson S.A. ("Parson") concluiu a assinatura do contrato de compra e venda de ações da Corsan, pelo valor total de R\$ 4.151.512, sendo R\$ 415.151 pagos pela Sanco e R\$ 3.736.361 pela Parson. Conforme disposto no contrato de compra e venda, inicialmente foram transferidas 31.604.429 ações ordinárias e 31.400.593 ações preferenciais para a Sanco e 284.439.860 ações ordinárias e 282.605.339 ações preferenciais para a Parson. Em 31 de julho de 2023, conforme previsto no acordo entre os acionistas Sanco e Parson, por meio das Assembleias Especial de Preferencialistas e Geral Extraordinária, foram criadas novas classes de ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Corsan, denominadas "Ações Preferenciais Classe B" e "Ações Preferenciais Classe C", com o objetivo de estabelecer as regras de governança e a estrutura de capital definidas por Sanco e Parson, de tal modo que tal estrutura refletisse o controle exercido por Sanco na Corsan, conforme previa o acordo entre as partes. Sendo assim, a tomada do controle pela Sanco se deu no dia 07 de julho de 2023, data da assinatura da privatização. Os recursos para a aquisição da Corsan foram provenientes da 1ª emissão de debêntures realizada pela coligada Parson, no valor total de R\$ 3.000.000 e por meio de aportes de capital realizados pela Aegea e seus sócios, os fundos de investimentos geridos por Perfin Infra Administração de Recursos Ltda., Kinea Investimentos Ltda. e Kinea Private Equity Investimentos S.A., em Sanco e Parson. A seguir, são resumidos os tipos de contraprestações transferidas e os valores reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição: Contraprestação transferida: Sanco 415.151 Parson 3.736.361 Total líquido adquirido e passivos assumidos 4.151.512 Corsan 806.288 65.810 490.473 785.312 124.488 454.939 653.353 407.389 60.292 179.733 1.593.360 3.145.498 857.323 (477.040) (1.071.530) (298.546) (183.831) (667.063) (1.697.066) (926.160) (151.510) 415.151 Total líquido adquirido aos não controladores 3.736.361 O valor justo da data de aquisição das contas a receber de clientes é de R\$ 490.473, os quais se espera que sejam recebidos integralmente. O valor justo da data de aquisição das contingências possíveis identificadas é de R\$ 926.160 e o valor justo das indenizações identificadas é de R\$ 675.897. O passivo fiscal diferido compreende basicamente o imposto de renda e contribuição social que refletem os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência. Com a finalização do processo de privatização da controlada indireta Corsan, a condição de imunidade tributária ao imposto de renda sobre o Lucro que a controlada indireta estava submetida, cessou. Portanto, a partir de 07 de julho de 2023, data da privatização a controlada indireta passou a apurar o Imposto de Renda e a Contribuição Social do período corrente e diferido com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e consideraram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período. Desde a data de aquisição, a controlada indireta Corsan contribuiu para o Grupo com receitas de R\$ 2.431.758 e lucro antes dos tributos de R\$ 813.022. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício as receitas do Grupo totalizariam R\$ 4.671.899, e o lucro das operações seria de R\$ 1.396.429. Mensuração a valor justo efetuada em bases provisórias: Os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram determinados de forma preliminar na data-base de 31 de dezembro de 2023. A conclusão será dada pelo Grupo após análise e revisão da avaliação independente contratada em andamento. Se novas informações forem obtidas dentro do prazo de 12 meses, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, e que indicarem necessidade de ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que deveria existir na data da aquisição, a contabilização da aquisição será revista. (ii) <b>Incorporação:</b> Em 31 de outubro de 2023, a Companhia realizou a incorporação de sua coligada Saneamento II - Investimento e Participações S.A., por entender que a operação resultará em um aumento da eficiência nas operações, especialmente no âmbito financeiro, e facilitará a integração das operações da Saneamento II e da Companhia. A incorporação não resultou em alterações no capital social da Companhia, que permaneceu inalterado.	dos ativos e passivos incorporados, com data-base de 31 de outubro de 2023, validado por laudo de avaliação de acervo líquido contábil, está apresentado a seguir:					
<b>Saneamento II</b>						
Aplicações financeiras						
Impostos a recuperar						
Contas a receber de partes relacionadas						
Dividendos a pagar						
<b>Total líquido dos ativos adquiridos e passivos assumidos</b>						
<b>6. Caixa e equivalentes de caixa:</b>						
		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		
		2023	2022	2023	2022	
Caixa		10	10	310	328	
Banco conta movimento		—	—	138.676	76.808	
		10	10	138.986	77.136	
<b>7. Aplicações financeiras:</b>						
		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		
		2023	2022	2023	2022	
Modalidade						
Fundo de Investimento Safira		—	—	2.929.613	1.064.362	
Certificados de Depósitos Bancários - CDB		15.963	—	1.780.919	887.133	
Deposit SocGen		—	—	79.392	21.359	
Compromissada		—	—	69.905	—	
Fundo de Investimento Especial		—	—	56.229	—	
Fundo de Investimento Premium		—	—	5.486	—	
Fundo de Investimento FI BRL REF DI		—	—	2.032	2.395	
Fundo de Investimento Executivo		—	—	2.744	—	
Fundo de Investimento Caixa Topázio		—	—	68	39.704	
		15.963	—	4.926.388	2.014.953	
Circulante		15.963	—	4.753.600	1.901.775	
Não circulante		—	—	172.788	113.178	
A rentabilidade média atrelada ao CDI dos Certificados de Depósitos Bancários - CDB, da Compromissada e dos fundos de investimento é em média 101,74% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (102,59% do CDI em 31 de dezembro de 2022). A carteira dos fundos de investimento onde o Grupo detém cotas, correspondem a aplicações em outros fundos de investimento multimercado de crédito privado, não exclusivos. Todos os fundos são registrados junto à CVM. A aplicação financeira modalidade Deposit SocGen no valor de R\$ 79.392 (equivalente a US\$ 16.399 considerando a PTAX do dia 31 de dezembro de 2023 de R\$ 4.8413) no Banco Société Generale, não possui data de vencimento estabelecida, sendo sua liquidez diária. O montante apresentado no ativo não circulante pela Companhia e algumas controladas é mantido para cumprimento de obrigações relacionadas a cláusulas contratuais que determinam, em alguns casos, a manutenção em conta reserva, durante toda a vigência do contrato, de saldo equivalente a, pelo menos, 3 contraprestações mensais, assim como, obrigações de manter saldo suficiente para complementar a margem junto as instituições financeiras detentoras dos contratos de swaps em vigência.						
<b>8. Contas a receber de clientes:</b>						
		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		
		2023	2022	2023	2022	
Movimentação das aplicações financeiras						
Saldo inicial		—	—	2.012.774	2.509.091	
Aplicações		115.809	—	18.094.224	11.048.724	
Aquisição de controlada indireta (nota 5)		—	—	839.800	—	
Incorporação de controlada (nota 5)		1.565	—	—	1.565	
(-) Resgate de principal		(102.295)	—	(16.227.954)	(11.810.398)	
(-) Incidência de IR		(248)	—	(50.511)	(69.058)	
(-) Incidência de IOF		(11)	—	(2.305)	(219)	
Variação cambial						



-\* continuação

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras da Arcos Saneamento e Participações S.A. - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)												
Companhia contratante	Encargos	Emissão	Data de emissão	Valor da emissão	Data pagamento principal	Pagamento Juros	Garantias e instrumentos financeiros contratos ("IFC")				Consolidado	
Corsan	IPCA + 4,8% 4ª emissão - 4ª série	Fevereiro/2021	335.000	7 parcelas - fevereiro de 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030 e 2031	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC					Resultado	
Teresina	CDI + 2,6% 3ª emissão	Março/2021	200.000	3 parcelas - março de 2024, 2025 e 2026	Semestral da emissão	A Aegea concedeu fiança nas operações.					Ativo de PIS/COFINS	
Aegea MS Pantanal	CDI + 2,15% 7ª emissão	Abril/2021	400.000	3 parcelas - abril de 2025, 2026 e 2027	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC					Indenização sobre receitas monetárias	
Aegea	CDI + 2,9% 1ª emissão	Junho/2021	150.000	3 parcelas - outubro de 2024	Anual da emissão	A Aegea concedeu fiança nas operações.					Atualização monetária	
Aegea	CDI + 1,9% 9ª emissão	Outubro/2021	800.000	3 parcelas - outubro de 2026, 2027 e 2028	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC					Saldo em 2022	
Aegea	PRE + 16,8% 10ª emissão	Abri/2022	2.780.000	Maio de 2029	Semestral da emissão	A Aegea com a finalidade de eliminar a exposição a taxa Pré, contratou junto ao banco Goldman Sachs, Morgan Stanley, Itaú, BTG Pactual e Bradesco instrumento derivativo de Swap de taxa de juros, de tal forma a converter a exposição à taxa pré em exposição à variação do CDI, sendo seu custo ponderado final de 136,37% do CDI. Esse instrumento derivativo tem o mesmo volume, período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento durante todo o período do financiamento.						
Teresina	IPCA + 6,9% 4ª emissão - 1ª série	Mai/2022	409.317	3 parcelas - maio de 2030, 2031 e 2032	Semestral da emissão	A controlada indireta Teresina concedeu fiança nas operações. A Controlada indireta Teresina com a finalidade de reduzir o custo total da operação, contratou junto ao Banco Santander, BTG Pactual e BR Partners instrumento derivativo de Swap de taxa de juros, sendo seu custo ponderado final de 111,03% do CDI. Esse instrumento derivativo tem o mesmo volume, período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações do IPCA durante todo o período do financiamento.						
Teresina	IPCA + 6,5% 4ª emissão - 2ª série	Mai/2022	190.683	5 parcelas - maio de 2033, 2034, 2035, 2036 e 2037	Semestral da emissão	A Aegea concedeu fiança nas operações. A controlada indireta Teresina com a finalidade de reduzir o custo total da operação, contratou junto ao Banco Santander, BTG Pactual e BR Partners instrumento derivativo de Swap de taxa de juros, sendo seu custo ponderado final de 111,03% do CDI. Esse instrumento derivativo tem o mesmo volume, período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações do IPCA durante todo o período do financiamento.						
Aegea	CDI + 2,45% 11ª emissão	Setembro/2022	800.000	3 parcelas - setembro de 2027, 2028 e 2029	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC						
Manaus	CDI + 2,0% 4ª emissão	Outubro/2022	350.000	2 parcelas - outubro de 2023 e 2024	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC						
Aegea	CDI + 1,5% 12ª emissão - 2ª série	Dezembro/2022	240.000	Dezembro de 2025	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC						
Aegea	CDI + 3,0% 13ª emissão	Março/2023	555.500	Março de 2026	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC						
Aegea	CDI + 3,5% 14ª emissão	Mai/2023	1.000.000	3 parcelas — novembro de 2026 e 2027 e outubro de 2028	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC						
Aegea	CDI + 3,0% 15ª emissão	Mai/2023	35.000	Maio de 2026	Em Maio/2026	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC						
Manaus	CDI + 2,2% 5ª emissão	Julho/2023	200.000	Julho de 2024	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC						
Aegea	CDI + 2,8% 17ª emissão - 1ª série	Setembro/2023	434.350	Setembro de 2026	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC						
Aegea	CDI + 3,0% 17ª emissão - 2ª série	Setembro/2023	565.650	2 parcelas — setembro de 2027 e 2028	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC						
Companhia contratante	Encargos	Emissão	Data de emissão	Valor da emissão	Data pagamento principal	Pagamento Juros	Garantias e instrumentos financeiros contratos ("IFC")					
Prolagos	CDI + 2,6% 6ª emissão	Outubro/2023	400.000	Outubro de 2028	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC						
Aegea	PRE + 16,3% 18ª emissão 5ª emissão	Outubro/2023	2.685.650	Janeiro de 2031	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC						
Corsan	CDI + 2,5% 1ª série 5ª emissão	Dezembro/2023	583.728	Dezembro de 2026	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC						
Corsan	CDI + 2,9% 5ª emissão - 2ª série	Dezembro/2023	916.272	Dezembro de 2028	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC						
Aegea	PRE + 16,3% 18ª emissão 5ª emissão	Outubro/2023	2.685.650	Janeiro de 2031	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC						
Guariroba	Valor contratado (US\$)	Taxa na contratação (R\$)	Data de contratação	Valor desembolsado	Garantias e instrumentos financeiros contratos ("IFC")							
Matão	14.000	R\$ 3,27	julho/16	45.836	divida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento.							
São Francisco	10.000	R\$ 3,48	junho/16	34.768	divida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento.							
Barra do Garças	8.000	R\$ 3,48	junho/16	27.814	divida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento.							
O financiamento será amortizado em parcelas semestrais a partir de dezembro/17 até o vencimento final dos contratos. d) Projetos CCEF ("Caixa Econômica Federal"): As controladas indiretas da Companhia contrataram financiamentos com o BNDES destinados à implantação, ampliação, otimização, modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água/e ou esgotamento sanitário nos municípios onde atuam:												
Companhia contratante	Data de contratação	Valor nominal total	Desembolso	Garantias e instrumentos financeiros contratos ("IFC")								
Manaus	Novembro/2014	177.599	177.599	As garantias relacionadas a tal operação são: garantia fiduciária assumida pela Aegea e 9 notas promissórias que, em sua totalidade, correspondem a 110% do valor de principal em aberto do empréstimo.								
Prolagos	Junho/2013 à Novembro/2015	302.969	249.137	As garantias relacionadas a tal operação são: garantia fiduciária assumida pela Aegea; (ii) penhor de conta corrente onde transitam os recebíveis; (iii) penhor de 100% das ações delidas pela Aegea; e (iv) 9 notas promissórias que, em sua totalidade, correspondem a 110% do valor de principal em aberto do empréstimo. Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, as controladas indiretas contrataram junto ao Banco Santander instrumento derivativo de Cross Currency Swap, sendo seu custo final de CDI + 2,70% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais integralmente durante todo o período do financiamento.								
Serra	Novembro/2018	230.132	108.477	Entre julho de 2021 e dezembro de 2027	As garantias relacionadas a tal operação são: garantia fiduciária assumida pela Aegea e Aegea Desenvolvimento; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes da Manaus Ambiental; (iii) penhor de 100% das ações delidas pelas acionistas.							
São Francisco do Fevereiro/2019 sul	67.064	36.049	Em fevereiro de 2039	(i) garantia fiduciária assumida pela Aegea; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes de São Francisco do Sul limitados ao valor mensal de R\$ 1.100 após carência; e (iii) conta reserva.								
Manaus	Junho/2020	77.060	76.590	(i) garantia fiduciária assumida pela Aegea; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes da Manaus Ambiental; (iii) conta reserva; e (iv) penhor das ações da Manaus Ambiental delidas pelas acionistas.								
Corsan	Janeiro/2012 à Outubro/2018	505.277	308.533	(i) Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios e Direitos Emergentes de Corsan.								
O financiamento será amortizado em parcelas mensais até o vencimento final dos contratos. d) Projetos CCEF ("Caixa Econômica Federal"): As controladas indiretas da Companhia celebraram contrato de financiamento de longo prazo junto à CEF, para fazer frente aos seus programas de investimentos, conforme descrito a seguir:												
Companhia contratante	Data de contratação	Valor nominal total	Desembolso	Vencimentos	Garantias e instrumentos financeiros contratos ("IFC")							
Mirante	Fevereiro/2015	195.568	195.568	Entre abril de 2019 e fevereiro de 2039	As garantias relacionadas a tal operação são: (i) alienação fiduciária das ações de Mirante delidas pela Aegea; (ii) vinculação da receita e cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessionária de Mirante; (iii) notas promissórias no valor do contrato; (iv) conta reserva; e (v) garantia fiduciária assumida pela Aegea.							
Sinop (ii)	Dezembro/2015	42.819	40.529	Entre fevereiro de 2020 e dezembro de 2039	As garantias relacionadas a tal operação são: (i) alienação fiduciária das ações de Sinop delidas pela Companhia; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios de Sinop, podendo o referido percentual ser reduzido gradativamente de acordo com o resultado do leilão; (iii) nota promissória no valor do contrato; (iv) conta reserva; e (v) garantia fiduciária assumida pela Companhia.							
Confresa (iii)	Fevereiro/2021	17.489	3.306	Entre fevereiro de 2023 e agosto de 2028	As garantias relacionadas a tal operação são: (i) alienação fiduciária das ações de Confresa delidas pela Nascentes do Xingu; (ii) vinculação da receita e penhor dos direitos creditórios da concessão de Confresa; (iii) nota promissória no valor do contrato; (iv) conta reserva; e (v) garantia fiduciária assumida pela Companhia.							
Corsan (iv)	Agosto/2007	603.637	285.380	e novembro de 2041	As garantias relacionadas a tal operação são: (i) Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de Corsan; (ii) Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes de Corsan; e (iii) conta reserva.							
O financiamento será amortizado em parcelas mensais até o vencimento final dos contratos. e) Bonds: Em maio de 2022, a controlada indireta Aegea Finance concluiu a 2ª Emissão de Bonds no valor total de US\$ 500,000, equivalente, na data de liquidação, a R\$ 2.500.550 com vencimento em maio de 2029 e taxa de juro de 6,75% a.a., pagos semestralmente. Essa operação conta com o aval da Aegea Saneamento. Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, a controlada indireta Aegea Finance contratou junto ao Banco Goldman Sachs, Morgan Stanley, Itaú, BTG Pactual e Bradesco instrumentos derivativos de Cross Currency Swap, de tal forma a proteger o instrumento das variações cambiais integralmente durante todo o período do financiamento. Em outubro de 2023, a controlada indireta Aegea Finance concluiu a 3ª Emissão de Bonds no valor total de US\$ 500,000, equivalente, na data de liquidação, a R\$ 2.585.650 com vencimento em janeiro de 2031 e taxa de juros de 9,00% a.a., pagos semestralmente. Essa operação conta com o aval da Aegea Saneamento. Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, a controlada indireta Aegea Finance contratou junto ao Banco Goldman Sachs, Morgan Stanley, Itaú, BTG Pactual e Bradesco instrumentos derivativos de Cross Currency Swap, de tal forma a proteger o instrumento das variações cambiais integralmente durante todo o período do financiamento. Em outubro de 2023, a controlada indireta Manaus assinou contrato com o BNDES, destinado à Capital de Giro. Em julho de 2018, a controlada indireta Manaus assinou contrato com o BNDES, destinado à Capital de Giro, no valor nominal total de R\$ 30.000. O financiamento tem vencimento entre setembro de												

## \* continuação

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras da Arcos Saneamento e Participações S.A. - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

líquido da coligada Saneamento II - Investimento e Participações S.A. passando de R\$ 188.814 para R\$ 575.584, representado por 188.814 ações ordinárias preexistentes e 2.2021 ações preferenciais. Com o movimento de incorporação, o FIP Saneamento 100% passa a fazer parte do quadro acionário, com a detenção de 100% das ações preferenciais. b) Reserva de capital: Nesta reserva está registrado parte do valor das ações emitidas pela Companhia. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituidas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). c) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. d) Dividendos: Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Os dividendos declarados e pagos foram calculados conforme segue:

2023

Lucro líquido do exercício 65.179

(-) Constituição da reserva legal (3.259)

Lucro líquido ajustado 61.920

Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado 15.480

**Dividendos destinados e declarados no exercício** 203.753

e) Ajuste de avaliação patrimonial: Refere-se à variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos reconhecidos em outros resultados abrangentes. f) Reserva de Retenção de Lucros: A Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propõe retenção da parcela do lucro excedente à constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

21. Receita operacional líquida:

Consolidado 2023 2022

**Receita de prestação de serviços**

Serviços de abastecimento de água 4.713.066

Outros serviços indiretos de água 339.551

Serviços de esgoto 2.126.777

Outros serviços indiretos de esgoto 66.750

Receita de serviços partes relacionadas (nota explicativa nº 10) 863.001

Remuneração do ativo financeiro 79.952

Receitas de construção ativo financeiro 420.800

Receitas de construção ativo intangível 1.706.586

Total receita bruta 9.396.483

Deduções da receita bruta

(-) Cancelamentos e abatimentos (168.083)

(-) Impostos sobre serviços (665.434)

Total da receita operacional líquida 8.562.966

22. Custos e despesas por natureza:

Controladora 2023 2022

**Consolidado**

Pessoal 518

Conservação e manutenção (1.216.303)

Serviços de terceiros (113.919)

Materiais, equipamentos e veículos (265) (762.072)

Amortização e depreciação (13) (65.029)

Custo de concessões (45.047)

Custo de construção ativo financeiro (276.567)

Custo de construção ativo intangível (1.706.586)

Reversão de perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes (12.839)

Baixa de títulos de contas a receber (166.744)

Reversões de provisões para contingências (345.174)

Impostos, taxas e contribuições (7) (8.991)

Energia elétrica (444.892)

Produtos químicos (126.297)

Locação (102.136)

Outros (227) (699)

Custos dos serviços prestados (1.030) (944)

Despesas administrativas e gerais (4.456.058)

Despesas com pesquisa e desenvolvimento (23.358)

(16.024)

23. Outras receitas operacionais:

Controladora 2023 2022

**Consolidado**

Receita de dividendos (266.179)

Reversão de provisões para benefício pós-emprego (115.544)

Outras receitas (19.949)

15.817

Total 401.672

102.094

24. Resultado financeiro:

Controladora 2023 2022

**Consolidado**

Receitas 1.184

Rendimento sobre aplicações financeiras e debêntures privadas (i) 259.935

Rendimentos de mútuo com partes relacionadas (i) 354.198

Juros e multa recebidos ou auferidos (115.384)

Variações Cambiais Ativas (371.948)

Ganho com instrumentos financeiros derivativos (nota 26) (436.687)

Valor justo da divida por meio do resultado (259.066)

Ajuste a valor presente de clientes sobre ativos financeiros (16.923)

Outras receitas financeiras (57.974)

56.402

1.184

1.517.917

1.470.123

(i) As receitas de rendimentos de aplicações financeiras no consolidado abrangem juros incorridos sobre a rubrica de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 683 (R\$ 539 em 31 de dezembro de 2022).

25. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL): a) Imposto de renda e contribuição social correntes: A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está apresentada como segue:

Controladora 2023 2022

**Consolidado**

Resultado antes dos tributos 65.179

Aliquota fiscal combinada 64.8480

1.873.159

669.921

34% 34% 34% 34%

Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada (22.161) (22.059)

(636.874) (227.773)

Resultado com investimentos 29.693

29.465

87.358

81.622

Receita de dividendos (90.500)

29.334

Reversões/Despesas indutáveis (8.001)

(2.405)

Lucro não realizado (83.324)

(12.541)

Bônus diretoriais (10.205)

15.992

Imposto de renda e contribuição social diferido reconhecido no exercício referente a anos anteriores (17.934)

Imposto de renda e contribuição social diferido reconhecido temporária não reconhecido (7.533)

Imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal (7.406)

(73.476)

Imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal (7.406)

(22.348)

Redução da alíquota (22.348)

Programa de alimentação do trabalhador (8.570)

Amortização de ágio na aquisição de investimentos (6.786)

Resultado positivo no exterior (1.715)

Diferença de alíquota (1.384)

Inovação tecnológica (4.580)

Realização prejuízo fiscal e base negativa CSLL 30% (3.721)

Contrato PED2021 - Fundação Corsan (93.940)

Outras diferenças permanentes (15.544)

Imposto de renda e contribuição social: Corrente (724.435)

Diferido (241.990)

Lucro da exploração (57.005)

Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício (124.143)

Alíquota efetiva 0% 0% 39% 56%

26. Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos

Controladora 2023 2022

**Consolidado**

Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurado líquido do lucro da exploração (482.153)

Saldo a pagar anterior à aquisição - Controlada indireta Corsan (34.594)

Saldo pagos referente a anos anteriores (64.762)

Antecipação do IRPJ e CSLL (36.301)

Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir) (210.512)

Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa (407.298)

Compensações referente a saldo negativo IRPJ e CSLL e retenções na fonte (56.822)

Imposto de renda e contribuição social a pagar (146.730)

Total (210.512)

118.755

118.755

27. Perda de crédito esperadas de contas a receber de clientes

Perda de crédito esperadas de contas a receber de fornecedores e empreiteiros (91.136)

Perda de crédito esperadas de contas a receber de outras empresas e instituições financeiras (8.262)

Perda de crédito esperadas de contas a receber de outras pessoas (2.236)

Perda de crédito esperadas de contas a receber de outras entidades (2.355)

Ajuste a valor presente (362)

Outorga diferida anos anteriores (4.524)

Variação cambial ativa (9.485)

Instrumentos financeiros derivativos (550)

Arrendamentos (2.597)

Perda com clientes (2.664)

Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (33.234)

## \*continuação

fontes de inefetividade de hedge podem ser oriundas de: • Índices diferentes (e, consequentemente, curvas diferentes) associados ao risco protegido dos títens cobertos e instrumentos de hedge; • O risco de crédito das contrapartes tem um impacto diferente nos movimentos do valor justo dos instrumentos de hedge e itens protegidos; • Alterações na quanta prevista de fluxos de caixa de itens protegidos e instrumentos de hedge.

**Valor justo:** Descrição dos inputs não observáveis significativos na avaliação do valor justo: Os inputs significativos não observáveis utilizados nas mensurações do valor justo classificadas no Nível 3 da hierarquia do valor justo, juntamente com uma análise de sensibilidade quantitativa em 31 de dezembro de 2023, são apresentados abaixo:

Saldos	Técnicas de Inputs significativos em 2023	Valorização	Sensibilidade dos inputs ao valor justo
TVM - Títulos e biliários	Método de descontos de dividendos	Dividendos estimados	5% de aumento (redução) na taxa de crescimento resultaria em 24% e as final de 2037 universalizar o atendimento de esgotamento sanitário; (iii) reduzir os índices de perdas em 2022 para: 46% em 2022 e 30% de 2030 até o final da concessão.

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos: O Grupo divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Companhia, originado por instrumentos financeiros derivativos, qual o Grupo está exposta no balanço. O Grupo considera o dólar do cenário base da R\$ 4,8413/US\$. O cenário I é o dólar a R\$ 3,8730/US\$, o cenário II é o dólar a R\$ 2,7665/US\$ e o cenário III é o dólar a R\$ 4,2407. Além disso, em outra avaliação, considera-se como risco a alta do CDI. O Grupo considera como cenário base a curva de taxas referenciais D x Pré divulgadas pela B3 no dia 31 de dezembro de 2023. O Grupo estimou o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%. O Grupo considera ainda o risco da alta do Cupom Cambial. O Grupo considera como cenário base a curva de taxas referenciais Cupom Limpo divulgadas pela B3 no dia 31 de dezembro de 2023. O Grupo estimou o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%. O Grupo considera, por fim, o risco da alta do IPCA. O Grupo considera como cenário base a curva de taxas referenciais NTNB divulgadas pela Anbima no dia 31 de dezembro de 2023. O Grupo estimou que o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%. Dessa forma, temos o seguinte quadro demonstrativo de análise de sensibilidade:

Instrumento	Cenário				
	Exposição	Risco	I	II	III
Swap	567.262	Alta Curva CDI	(170.364)	(1.306.720)	(1.747.135)
<b>Consolidado</b>					
Instrumento	Exposição	Risco	I	II	III
Swap	596.921	Alta Curva CDI (237.471) (1.592.085) (2.144.621)	Alta Curva IPCA (2.364) (89.965) (127.165)	Variação IPCA (82.361) (323.842) (279.867)	Variação USD (1.983.306) (3.319.082) (3.736.512)
Swap	(814.503)	Queda Curva CDI (1.517.223) (3.294.280) (4.422.789)	Alta Curva Cupom Cambial (1.097.792) (1.581.906) (1.790.657)	(217.582)	

**27. Cobertura de seguros:** O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a cobertura de seguros era composta por:

Consolidado			
Danos materiais	368.738	112.538	
Responsabilidade civil	230.000	120.500	
Executante concessionário	1.968.173	1.470.319	
Equipamentos e veículos	549.605	544.714	
D&O - Directors and Officers Liability Insurance	125.000	80.000	
Riscos de engenharia	112.000	125.789	
Cyber	30.000	40.000	

## 28. Compromissos

A tabela abaixo apresenta os principais compromissos de investimento e obrigações de suas controladas indiretas conforme contratos de concessão e seus aditivos:

Controladas indiretas	Investimento contratual (a)	Metas específicas	Obrigações contratuais
Guariroba	607.146	Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% até o final do contrato; (i) manter os níveis de redução de perdas em 28% até o final da concessão; (ii) quanto ao sistema de esgotamento sanitário municipal, a Companhia redireciona os investimentos em cobertura de esgotamento sanitário para acompanhamento do cronograma de obras de drenagem de águas pluviais, previstas no programa "Pavimentação e qualificação de vias urbanas" da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande, conforme determinado pelo Poder Concedente, enquanto o reordenamento de metas é definido.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação e fundo social, em valores de 1% e 0,5% respectivamente do faturamento mensal de acordo com o município.
Prolagos	848.379	A partir de 2023 até o final da concessão em 2041, 90% de coleta e tratamento de esgoto e 99% de produção e distribuição de água, nas áreas urbanas dos municípios da área de concessão; (ii) manter os níveis de redução de perdas em 30% até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 0,5% sobre o somatório das receitas das tarifas auferidas mensalmente, excluídos os tributos sobre elas incidentes.
Mirante	332.627	Os principais investimentos estão relacionados a conclusões e construções de Estações de Tratamento de Esgoto e Elevatórias de Esgoto e foram definidos de acordo com o cronograma de marcos contratuais, os quais já foram finalizados.	-
Matão	75.016	Todos os marcos contratuais para atingimento de 100% de abastecimento de água e 100% da coleta e tratamento de esgoto já foram atendidos. Reduzir os índices de perdas em 2024 para 30%; 25% de 2029 até o final da concessão.	-
Holambra	78.876	Os índices de abastecimento de água, e da coleta e tratamento de esgoto já foram atendidos e deverão ser mantidos até o final da concessão. Manter o índice de perda em 25% até o final da concessão.	-
Nascentes do Xingu Participações	184.618	Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir níveis de atendimento dos serviços prestados de esgotamento sanitário de 50% a 100% da população entre 2019 e 2052, de acordo com cada município; (iii) reduzir os índices de perdas entre 2020 a 2026 para 20% e manter até o final da concessão.	-
Porto Esperidião	9.274	Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir as metas de cobertura do sistema de esgotamento de esgoto a partir de 2022 em 100%; (iii) reduzir os índices de perdas em 2023 para 25% até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.

## Diretoria

## Leandro Antônio Grisi

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

5, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Instrumentos financeiros avaliados a valor justo:** Conforme mencionado na nota explicativa 11, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controladora Aegaea Saneamento e Participações S.A. (aqui denominada "Aegaea"), é a responsável pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, do resultado patrimonial líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação ao tratamento contábil, a determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, as divulgações das informações relacionadas a essa transação, bem como a adequação das políticas contábeis relevantes da entidade adquirida. Consequentemente, consideramos a mensuração, contabilização e divulgação dos efeitos da referida combinação de negócios como significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros, (i) leitura dos acordos celebrados que formalizaram a aquisição, e a correspondente movimentação financeira, tais como contratos e atas; análise dos critérios de determinação do preço da aquisição; (ii) avaliação sobre a harmonização das práticas contábeis; (iii) verificação se os saldos de partida são consistentes com a posição patrimonial e financeira na data da aquisição; (iv) avaliação da metodologia utilizada para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (v) avaliação das premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e sua relevância em relação às demonstrações financeiras como um todo; (vi) avaliação da competência e experiência relevante dos especialistas contratados pela Companhia na mensuração da transação.

As Administradoras e Acionistas da Arcos Saneamento e Participações S.A. São Paulo - SP. **Opinião:**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Arcos Saneamento e Participações S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Grua Investimentos S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, do resultado patrimonial líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao tratamento contábil, a determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, as divulgações das informações relacionadas a essa transação, bem como a adequação das políticas contábeis relevantes da entidade adquirida. Consequentemente, consideramos a mensuração, contabilização e divulgação dos efeitos da referida combinação de negócios como significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros, (i) leitura dos acordos celebrados que formalizaram a aquisição, e a correspondente movimentação financeira, tais como contratos e atas; análise dos critérios de determinação do preço da aquisição; (ii) avaliação sobre a harmonização das práticas contábeis; (iii) verificação se os saldos de partida são consistentes com a posição patrimonial e financeira na data da aquisição; (iv) avaliação da metodologia utilizada para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (v) avaliação das premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e sua relevância em relação às demonstrações financeiras como um todo; (vi) avaliação da competência e experiência relevante dos especialistas contratados pela Companhia na mensuração da transação.

Controladas indiretas	Investimento contratual (a)	Metas específicas	Obrigações contratuais
São Francisco	188.642	Ao final de 2029 deverá atingir 100% de cobertura de água; (ii) ao final de 2022 atender em 24% e ao final de 2037 universalizar o atendimento de esgotamento sanitário; (iii) reduzir os índices de perdas em 2022 para: 46% em 2022 e 30% de 2030 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Timon	206.583	Mantener os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir 33% da cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto a partir de 2022, 2023 atingir 48%, 2024 atingir 72%; 2025 atingir 90% em 2026 deverá atingir 100% e manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir as perdas em 2023 para 36%; 2024 para 34%; 2025 para 32% e 30% de 2026 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Sinop	453.128	Mantener os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) manter os níveis de redução de perdas em 40% em 2025, 2030 em 35%; 2035 em 30% e a partir de 2040 em 25%; (iii) atingir as metas de cobertura do sistema de esgotamento sanitário, 2023 em 90% e, a partir de 2024 em 98%.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 4% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Guarantã	11.948	Mantener os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) manter níveis de redução de perdas em 20%; (iii) atingir e manter a meta de cobertura do sistema de esgotamento sanitário em 99% a partir de dezembro de 2021.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3,5% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Novo Progresso	6.630	Mantener os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) em 2023 atender 80% da população urbana com esgotamento sanitário.	-
Matupá	9.231	Mantener os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) manter níveis de redução de perdas em 20%.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Nascentes do Xingu Investimentos	122.817	Mantener os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir níveis de atendimento dos serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário de 50% a 100	



## FICA Empreendimentos Imobiliários S.A. Companhia Aberta CNPJ nº 07.820.907/0001-46



### FICA DIVULGA SEUS RESULTADOS DO 4T23 E DO EXERCÍCIO 2023

São Paulo, 28 de março de 2024 - Fica Empreendimentos Imobiliários S.A. (B3: FIEI3), nova denominação de CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A., anuncia seus resultados do quarto trimestre (4T23) e do exercício de 2023. As demonstrações contábeis consolidadas da companhia são elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, baseada na Lei das Sociedades por Ações e nas regulamentações da CVM. **Destaque do período:** • Continuamos mantendo nosso foco no mercado de São Paulo, como informado em períodos anteriores. Acreditamos, que esta é a melhor estratégia nesse momento para gerarmos mais valor para a Companhia e seus acionistas. • Os processos de aprovação e legalização dos próximos projetos continuam avançando na esteira junto aos órgãos competentes, conforme o esperado. • Prosseguimos nas prospecções para projetos residenciais na chegada da "fase 0" e de imóveis terrenos para futuras parcerias e retorno da Companhia. Estamos avançando nas negociações dos projetos do terreno em Nova Iguaçu. As negociações devem caminhar em direção à contratos de "Permuta Financeira" para geração de caixa que sustente o novo plano estratégico. • Seguimos acompanhando de perto as mudanças nas leis e decretos que podem afetar algumas áreas definidas como estratégicas para a Cia, de modo que consigamos ter mais velocidade, seja nas aquisições de landbank, seja na mudança de foco de microregiões. • Reforçamos nossa crença na tese de nos mantermos focados em terrenos pequenos e médios, com vocação para os empreendimentos chamados de "Habitação de Mercado Popular" (também conhecidos como HMP) a cada etapa superada nos prazos e condições das nossas premissas internas.

### RELACIONES COM INVESTIDORES

Matheus Rezende Gomes Deotti  
Diretor  
Contato: ri@fica.net.br

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Terminamos o quarto trimestre em linha com nosso planejamento, apesar de algumas condições adversas, mas comuns para o segmento residencial popular. Já percorremos um importante caminho em direção aos objetivos traçados para 2024. Continuamos e continuaremos a investir em crescimento, tanto no 4T23 quanto no projeto na nossa nova fase, sempre buscando desígnio e uma dúvida sólida para o futuro, sempre pensando no bem-estar dos acionistas. A diretoria executiva foi reestruturada com foco na atenção à governança corporativa e captação de recursos para cada um de nossos projetos. Em paralelo mantivemos a composição do Conselho de Administração que conta com profissionais com grande experiência em gestão de empresas, inovação e sustentabilidade. Com esta liderança e com uma equipe experiente, no final do 4T23 captamos os recursos necessários para adquirir o terreno do primeiro projeto a ser lançado em 2024. Nossa abordagem consiste em incorporar projetos exclusivamente residenciais com as características listadas abaixo:

**1. Projetos com VGV de aproximadamente R\$ 60 MM - R\$ 70 MM:** Acreditamos que projetos menores tendem a ser mais rentáveis, apesar de ser menos escaláveis. No nosso negócio, uma das variáveis mais importantes é a compra do terreno, e projetos com VGV's maiores, possuem uma concorrência maior com players bem capitalizados.

**2. Localização em bairros valorizados e próximos aos modais de transporte (metrô):** Acreditamos que a nova geração tem dependido cada vez menos de carros próprios e com isso a localização é uma das características mais importantes na decisão de compra por parte desse cliente. Dito isso, nossos projetos estão no máximo a 450 m do metrô.

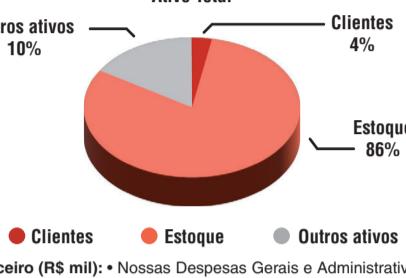
**3. Viabilidades extremamente conservadoras:** Buscamos negócios com alta rentabilidade e com baixo risco de liquidez. Somos muito conservadores nas premissas que projetamos nas nossas viabilidades, principalmente em preço de venda e custo da obra.

**4. Ciclo rápido:** Com o aumento do custo de capital, buscamos um ciclo de vida curto-chave na realização de nossos projetos, visando a eficiência do negócio imobiliário. Não temos a intenção de fazer landbank de médio-longo prazo, mas sim, buscamos terrenos para lançar em até 12 meses pós-assinatura da promessa de compra e venda.

**Comentários de Desempenho:** Nossas Despesas Gerais e Administrativas no 4º trimestre de 2023 totalizaram R\$ 5,6 milhões contra R\$ 7,8 milhões (ex-provisão para gratificação) no mesmo período de 2022, apresentando uma redução de 28% em relação ao período comparado. Essa redução era esperada, pois durante o ano de 2022 tivemos um importante desígnio de caixa para a restauração da Companhia. A Companhia encontra-se ainda em fase pré-operacional, uma vez que o último projeto entregue foi a aproximadamente 8 anos, dificultando assim a diluição das nossas despesas pelo baixo nível de estoques de unidades para venda. A Receita Líquida atingiu R\$ 0,9 MM no 4T23 e R\$ 2,5 MM em 2023, sofrendo pouca variação em relação a 2022, conforme esperado. Nossas margens brutas no trimestre e no ano foram positivas, fruto de uma pequena valorização dos estoques remanescentes. O lucro Bruto, totalizou R\$ 45 mil no trimestre e R\$ 644 mil em 2023. Finalizamos o ano com R\$ 2,8 milhões em caixa, R\$ 5,4 milhões a menos que no ano passado, mas ainda em situação adequada a fluxo de caixa projetado. O estudo da Companhia finalizou o ano em aproximadamente R\$ 1,1 milhão, majoritariamente composto por unidades do empreendimento Link, na Barra da Tijuca. No terceiro trimestre de 2023, intensificamos nossos esforços para dar liquidez a essas unidades, com redução das unidades em estoque visando acelerar as vendas. Ainda, houve um aumento da provisão para perda em ações judiciais, decorrente da baixa contabilizável de depósitos judiciais devido à antiguidade de vários processos ainda sem o trânsito em julgado. Reforçamos que essa variação de resultado se refere apenas a baixas contábeis, não gerando efeito negativo no caixa.

### Relatório da Administração

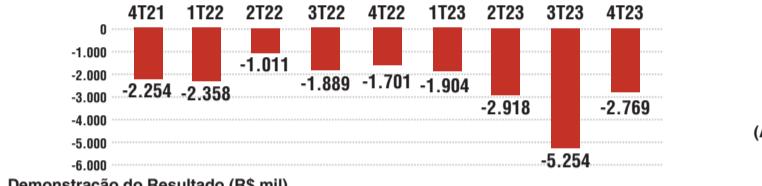
Ir trimestre de 2023, a Companhia está elaborando novas estruturas para dar liquidez a esse terreno e gerar retorno aos seus acionistas, tal como negociações de venda, através de permuta financeira ou oferecer as matrículas em garantia para operações financeiras dos novos projetos. • O estoque de unidades a valor contábil é de R\$ 1,1 milhão, majoritariamente composto por unidades do empreendimento Link, na Barra da Tijuca. No terceiro e quarto trimestre de 2023, intensificamos nossos esforços de venda dessas unidades em estoque, com redução do valor de tabela, aumentando a liquidez do ativo e gerando caixa para a Companhia. Apresentamos abaixo a composição dos nossos ativos:



**G&A e resultado financeiro (R\$ mil):** • Nossas Despesas Gerais e Administrativas no 4º trimestre de 2023 totalizaram R\$ 5,8 milhões contra R\$ 7,8 milhões (ex-provisão para gratificação) no mesmo período de 2022. Nesse valor, estão incluídos os gastos para montar o time escolhido para dirigir a nova estratégia da companhia, além de parceiros que nos ajudaram a desenvolver o planejamento plurianual, e gastos no desenvolvimento dos projetos. • O resultado financeiro do trimestre foi positivo em R\$ 0,1 milhões, contra R\$ 0,1 milhões no mesmo período do ano anterior. No exercício de 2023, o resultado financeiro foi de R\$ 647 mil, contra R\$ 1,9 milhões no exercício de 2022. **Resultado Líquido (R\$ mil):**

• O resultado líquido foi negativo em R\$ 12,9 milhões, e apesar de apresentarmos prejuízo, pelos motivos explicados acima, foi de R\$ 5,2 milhões acima do registrado em 2022, a despeito dos avanços em incorporação que fizemos durante o ano. Parte dessa variação, explica-se pelo aumento da provisão para perda no Contas a receber do empreendimento Link, especificamente referente a vendas antiga de unidades que estão em condomínio. Além disso, efetuamos um incremento no impairment das unidades em estoque visando acelerar as vendas. Ainda, houve um aumento da provisão para perda em ações judiciais, decorrente da baixa contabilizável de depósitos judiciais devido à antiguidade de vários processos ainda sem o trânsito em julgado. Reforçamos que essa variação de resultado se refere apenas a baixas contábeis, não gerando efeito negativo no caixa.

### Resultado Líquido



### Demonstração do Resultado (R\$ mil)

	Consolidado
Receita líquida de incorporações e venda de imóveis	2.583
Custo de incorporação e venda de imóveis	(1.939)
<b>Lucro Bruto</b>	644
<b>Despesas (Despesas) Operacionais</b>	541
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	2.790
<b>Prejuízo no Período Atribuível a</b>	2.347
Acionistas controladores	
Acionistas não controladores	

### Balanço Patrimonial - Ativos (R\$ mil)

	Consolidado
Ativo	
<b>Circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	2.826
Contas a receber de terceiros	1.200
Múltiplos a receber - Partes relacionadas	4
Valores a receber - Partes relacionadas	194
Redução de capital a receber - Partes relacionadas	–
Partes relacionadas	1.230
Imóveis a comercializar	1.100
Adiantamentos	7
Impostos e contribuições a compensar	360
Outros ativos	586
<b>Total do Ativo</b>	9.394

\* Os recursos são aplicados em CDB de bancos de primeira linha, com liquidez imediata.

### A Administração

#### Destques Financeiros (R\$ mil)

	4T23	4T22	2023	2022
Receita líquida de incorporações e venda de imóveis	521	702	2.583	4.081
Lucro (prejuízo) bruto	45	253	644	541
Margem Bruta (%)	8,6%	36,0%	24,9%	13%
Lucro (prejuízo) Líquido	-2.165	-1.701	-12.241	-7.551
Caixa	2.826	2.828	2.826	2.828
Patrimônio Líquido	80.060	92.903	80.060	92.903

**Evolução do Caixa (R\$ mil):** • Finalizamos o ano com R\$ 2,8 milhões em caixa, R\$ 5,4 milhões a menos que no ano passado, mas ainda em situação confortável, dado que não possuímos nenhuma dívida.

Vale ressaltar que essa redução está totalmente dentro dos nossos parâmetros projetados.

### Posição do Caixa



\* O principal ativo da Companhia continua sendo o terreno Greenville (ex-Cidade Paradiso), localizado em Nova Iguaçu. O valor de mercado atualizado é de aproximadamente R\$ 109 milhões, de acordo com 2 avaliações independentes feita por consultorias renomadas. Com o surgingo de novas possibilidades de negócio, decorrentes do desmembramento do terreno finalizado no primeiro

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora	Consolidado
Ativo	explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.615	6.206
Clientes por incorporação e venda de imóveis	4	—	1.200
Contas a receber de terceiros	6	2.462	849
Múltiplos a receber - Partes relacionadas	6	99	35
Valores a receber - Partes relacionadas	6	—	—
Redução de capital a receber - Partes relacionadas	1.028	1.230	—
Imóveis a comercializar	5	—	1.100
Adiantamentos	5	—	—
Impostos e contribuições a compensar	171	207	329
Outros ativos	7	222	304
<b>Total do Ativo</b>	<b>6.597</b>	<b>8.918</b>	<b>6.085</b>

\* Os recursos são aplicados em CDB de bancos de primeira linha, com liquidez imediata.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Fins em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de re

## -★ continuação

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Fica Empreendimentos Imobiliários S.A. para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias pelas Companhias de incorporação imobiliária no Brasil, base para o reconhecimento de receitas seguem o entendimento da CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 17 (IFRS 15), conforme descrito em detalhes na Nota Explicativa 2.4. As sociedades controladas incluídas no processo de consolidação estão detalhadas na Nota Explicativa 8. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil que estão sujeitas às normas da CVM, em relação às demonstrações financeiras separadas, sómente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos recursos aplicados em investimentos em sociedades controladas para que estas possam efetuar a construção dos empreendimentos. Para fins de IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, a capitalização de juros somente é permitida para ativos qualificáveis, não sendo caracterizado como ativo qualificável os investimentos mantidos nas sociedades controladas, apresentados nas demonstrações financeiras separadas.

**2.2 Bases de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e das suas empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é resumida como segue:

Razão social	Participação e forma de consolidação	
	31/12/2023	31/12/2022
	%	%
CR2 Campinho Empreendimentos Ltda.	99,99% Integral	99,99% Integral
CR2 Empreendimentos SPE-12 Ltda.	90,00% Integral	90,00% Integral
CR2 Empreendimentos SPE-23 Ltda.	99,99% Integral	99,99% Integral
CR2 Empreendimentos SPE-9 Ltda.	99,99% Integral	99,99% Integral
CR2 Jardim Paraiso Empreendimentos Ltda.	99,99% Integral	99,99% Integral
CR2 Valqueire Empreendimentos Ltda.	100,00% Integral	100,00% Integral
CR2 Empreendimentos SPE-32 Ltda. (ii)	0,00% Integral	100,00% Integral
CR2 Empreendimentos SPE-34 Ltda.	70,00% Integral	70,00% Integral
CR2 Empreendimentos SPE 35 Ltda.	70,00% Integral	70,00% Integral
CR2 Empreendimentos SPE-36 Itaoca Ltda. (ii)	0,00% Integral	100,00% Integral
CR2 Construções Ltda.	100,00% Integral	100,00% Integral
CR2 Empreendimentos SPE-37 Santíssimo Ltda. (i)	0,00% Integral	100,00% Integral
CR2 Empreendimentos SPE-38 Encantado Ltda. (i)	0,00% Integral	100,00% Integral
CR2 Empreendimentos SPE-39 SP Ltda.	100,00% Integral	100,00% Integral
CR2 Empreendimentos SPE-40 SP Ltda.	100,00% Integral	100,00% Integral
CR2 Empreendimentos SPE-41 NI Ltda. (i)	0,00% Integral	100,00% Integral
CR2 Empreendimentos SPE-42 SP Ltda.	100,00% Integral	100,00% Integral
CR2 Empreendimentos SPE-43 SP Ltda.	100,00% Integral	100,00% Integral
CR2 Empreendimentos SPE-50 Mangaratiba Ltda. (i)	0,00% Integral	100,00% Integral
CR2 Empreendimentos SPE-51 RJ Ltda. (i)	0,00% Integral	100,00% Integral
SPE 54 RJ Empreendimentos Ltda.	100,00% Integral	100,00% Integral
Green Ville 2 Empreendimentos Ltda. (i)	0,00% Integral	100,00% Integral
Green Ville 3 Empreendimentos Ltda. (i)	0,00% Integral	100,00% Integral
SPE 53 RJ Empreendimentos Ltda. (i)	0,00% Integral	100,00% Integral
SPE 44 SP Empreendimentos Ltda.	100,00% Integral	100,00% Integral

(i) Referente a investidas extintas em 2023. (ii) Referente a empresas cedidas em 2023. A consolidação foi elaborada de acordo com o IAS 27 CPC 36 (R3) "Demonstrações consolidadas", e inclui as demonstrações financeiras das controladas nas quais a Companhia é titular de direito, como sócio que lhe assegure, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores e das sociedades coligadas nas quais a investidora tem influência significativa. No processo de consolidação, foram feitas as seguintes eliminações: (i) dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; (ii) das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; (iii) dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas e (iv) destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido.

**2.3 Moeda Funcional:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**2.4 Principais políticas contábeis:** **2.4.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia e suas controladas consideram equivalente de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um momento conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

**2.4.2 Clientes por incorporação e venda de imóveis:** São apresentadas a valor recuperável as demonstrações financeiras das controladas nas quais a Companhia é titular de direito, como sócio que lhe assegure, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores e das sociedades coligadas.

**2.4.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial das adquirientes dos imóveis, conforme determinações previstas na Orientação CPC 01. A conservação do valor monetário das unidades é efetuada, sobretudo, durante as fases de lançamento e construção dos empreendimentos. As contas a receber de clientes, nesses casos, são constituídas ao longo do período de construção, aplicando-se a porcentagem de conclusão do projeto.

**2.4.4 Classificação e mensuração dos ativos financeiros:** **Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração:** Um instrumento financeiro é um contrato que da origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

**(i) Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro a seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. As receitas financeiras decorrentes dos encargos são classificadas como receita de imóveis vendidos durante a execução da construção das unidades e, após a entrega das chaves (Habite-se), uma vez que o estatuto social prevê o financiamento dos adquirentes dos imóveis, conforme determinações previstas na Orientação CPC 01. A conservação do valor monetário das unidades é efetuada, sobretudo, durante as fases de lançamento e construção das unidades em construção, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**2.4.12 Recreçãoamento das receitas e dos custos:** A Companhia e suas controladas adotaram o CPC 47 (IFRS 15) - "Receitas de Contratos com Clientes", a partir de 1º de janeiro de 2018, contemplando também as orientações contidas no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/18, de 12 de dezembro de 2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída nas companhias abertas brasileiras do setor de incorporação imobiliária. O resultado das vendas imobiliárias, que engloba as receitas de vendas e os custos de terreno, construção e outros gastos inerentes à respectiva incorporação imobiliária, é apropriado ao resultado ao longo do processo de construção à medida que ocorre sua evolução financeira, utilizando o método de balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal e constitutiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**2.4.13 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são registrados com o objetivo de avaliar eventos e mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do seu valor recuperável dos ativos não financeiros. Quando a perda é redução do valor recuperável é revertida subsequentemente, exceto para o ágio, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhumha perda por redução do valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução do valor recuperável é revertida imediatamente no resultado.

**2.4.14 Demais ativos e passivos (Circulares e não circulantes):** A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos e mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do seu valor recuperável dos ativos não financeiros. Quando a perda é redução do valor recuperável é revertida subsequentemente, exceto para o ágio, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhumha perda por redução do valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução do valor recuperável é revertida imediatamente no resultado.

**2.4.15 Adiantamentos para futuro aumento de capital:** Os adiantamentos para futuro aumento de capital não possuem cláusulas de atualização ou de juros e são capitalizados, em média, em até 12 meses a partir de seu aporte, podendo, em alguns casos exceder esse prazo. Eles estão assim compostos:

**Ativo - controladora:** Descrição 31/12/2023 31/12/2022

CR2 Empreendimentos SPE 23 Ltda. (i) — 500

CR2 Empreendimentos SPE 34 Ltda. (i) 2.236 2.132

CR2 Empreendimentos SPE 35 Ltda. (i) 196 92

Total 2.432 2.724

**Passivo - consolidado:** Descrição 31/12/2023 31/12/2022

CR2 Empreendimentos SPE 34 Ltda. (i) 694 694

CR2 Empreendimentos SPE 35 Ltda. (i) 322 322

Total 1.016 1.016

(i) Refere-se a adiantamentos para futuro aumento de capital feitos por acionistas minoritários, sem relação com a controladora.

**6. Operações com partes relacionadas:** Os valores a receber de partes relacionadas estão assim compostos:

**Ativo - controladora:** Descrição 31/12/2023 31/12/2022

CR2 Empreendimentos SPE 23 Ltda. (i) — 205

CR2 Campinho Empreendimentos Ltda. (ii) 800 800

CR2 Empreendimentos SPE-12 Ltda. (iii) 228 225

Total 1.028 1.230

(i) Reduções de capital já deliberadas e não pagas devido ao fluxo de caixa das SPE's.

(ii) Valores de pagos pela Controladora a serem reembolsados.

(iii) Dividendos deliberados a receber

**Passivo - consolidado:** Descrição 31/12/2023 31/12/2022

CR2 Empreendimentos SPE-40-12 Ltda. (i) — 25

CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A. — 3

Total — 28

(i) Reduções de capital a pagar a empresas não controladas, já deliberadas e não pagas devido ao fluxo de caixa da SPE.

(ii) Múltiplos - partes relacionadas: A Companhia formalizou contratos de múltiplos com suas controladas com prazo estimado de 1 ano para pagamento dessa linha de financiamento, contados da efetiva cessão do Mutuante ao Mutuário. Os contratos não possuem valores limites estipulados e as liberações ocorrem de acordo com a necessidade de caixa de cada projeto. Esses múltiplos têm como objetivo o financiamento de suas operações até a obtenção de linhas de financiamento para produção. Os valores dos múltiplos a pagar e a receber estão assim compostos:

**Ativo - controladora:** Descrição 31/12/2023 31/12/2022

CR2 Empreendimentos SPE-40 SP Ltda. — 205

CR2 Empreend. SPE-40 SP Ltda. 419 3

CR2 Empreend. SPE-42 SP Ltda. 1.280 38

CR2 Empreend. SPE-43 SP Ltda. 99 32

CR2 Empreend. SPE-44 SP Ltda. 142 —

CR2 Empreend. SPE-51 RJ Ltda. 60 —

Total 1.016 1.016

(i) Refere-se a adiantamentos para futuro aumento de capital feitos por acionistas minoritários, sem relação com a controladora.

**6.2 Valores a receber e a pagar de partes relacionadas:** Os valores a receber de partes relacionadas estão assim compostos:

**Ativo - controladora:** Descrição 31/12/2023 31/12/2022

CR2 Empreendimentos SPE 23 Ltda. (i) — 205

CR2 Empreend. SPE-34 Ltda. (i) 800 800

CR2 Empreend. SPE-35 Ltda. (i) 228 225

Total 1.028 1.230

(i) Refere-se a adiantamentos para futuro aumento de capital feitos por acionistas minoritários, sem relação com a controladora.

**6.3 Valores a receber e a pagar de partes relacionadas:** Os valores a receber de partes relacionadas estão assim compostos:

**Ativo - controladora:** Descrição 31/12/2023 31/12/2022

CR2 Empreend. SPE-40 SP Ltda. — 205

CR2 Empreend. SPE-42 SP Ltda. 321 231

CR2 Empreend. SPE-43 SP Ltda. 399 233

CR2 Empreend. SPE-44 SP Ltda. 1.346 1.418

CR2 Empreend. SPE-51 RJ Ltda. 140 142

CR2 Empreend. SPE-52 RJ Ltda. 23 14</p



**Alphageos Tecnologia Aplicada S.A.**

CNPJ 55.194.369/0001-74

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)

Balanços Patrimoniais	2023	2022	Balanços Patrimoniais	2023	2022	Balanços Patrimoniais	2023	2022
Ativo Circulante	26.401.315	22.879.414	Passivo/Circulante	15.020.358	10.965.072,38	Não Circulante	3.244.275	3.967.903
Caixa e Equivalentes de Caixa	37.390	41.489	Emprestimos e Financiamentos	6.446.449	6.540.541	Depósitos Judiciais	742.000	1.189.542
Clientes	15.486.409	14.613.990	Fornecedores	2.061.824	2.123.552	Outras Contas a Receber	10.930.200	9.717.809
Impostos a Recuperar	2.489.597	1.285.958	Obrigações Trabalhistas e Sociais	4.493.985	2.686.508	Total do Ativo	37.331.517	32.597.222
Adiantamentos	164.370	126.039	Adiantamentos de Clientes	1.302,02	100.670	Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)	CNPJ 55.194.369/0001-74	
Partes Relacionadas	3.668.962	1.059.388	Outras Contas a Pagar	-	166.477			
Ativos Disponíveis para Venda	3.812.582	4.562.588	Emprestimos e Financiamentos	3.244.275	3.967.903			
Outras Contas a Receber	742.000	1.189.542	Partes Relacionadas	-	-			
Não Circulante	10.930.200	9.717.809	Provisão para Contingências	133.585	133.585			
Depósitos Judiciais	1.399.697	1.318.734	Impostos Diferidos	-	-			
Cauções	231.024	346.197	Parcelamentos	3.063.151	3.765.640			
Investimentos	-	-	Contas a Pagar	47.539	53.000			
Imobilizado Líquido	9.275.164	8.029.215	Capital Social	4.613.000	4.613.000			
Intangível	24.317	23.663	Reservas de Capital	-	-			
			Reserva Legal	523.000	523.000			
			Reservas de Lucros	13.930.884	12.528.291			
			Total do Passivo	37.331.517	32.597.222			

Demonstração das Mudanças no Patrimônio Líquido								
	Capital Social	Reservas Legais	Reservas	Lucros	Total	Capital Social	Reservas Legais	Reservas
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	4.613.000	-	523.000	10.575.772	15.711.772	4.613.000	-	523.000
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Reavaliação do Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	4.613.000	-	523.000	12.528.291	17.664.291	4.613.000	-	523.000
Demonstração dos Resultados	31.12.2023	31.12.2022						
Receita Operacional Bruta	48.213.905	48.149.240						
(-) Impostos Incidentes	(4.692.771)	(4.675.138)						
Receita Operacional Líquida	43.521.133	43.474.102						
(-) Custos dos Serviços Prestados	(34.358.882)	(32.559.826)						
Lucro Bruto Operacional	9.162.251	10.914.276						
Despesas Administrativas Gerais	(8.603.910)	(9.455.331)						
Despesas Comerciais	(2.652)	(1.695)						
Recetas Financeiras Líquidas	(1.612.267)	(1.393.673)						
Outras Receitas Operacionais	119.247	9.787						
Recetas/Despesas Não Operacionais	-	-						
Recetas/Despesas Não Operacionais	-	-						
Luzo antecipado do IRPJ e CSLL	(937.336)	73.364						
Contribuição Social s/ o Lucro (CSLL)	-	-						
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	-						
Lucro Líquido do Exercício	(937.336)	73.364						

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis								
1 - Contexto Operacional: A Alphageos Tecnologia Aplicada S.A. foi constituída em 25/11/1985 tendo como objeto a execução de serviços de investigação geológica e geotécnica, incluindo sondagens; controles tecnológico de obras em concreto, de solo e de pavimentação; acompanhamento da construção e instrumentação de obras subterrâneas e de estruturas. 2 - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas pela Lei das Sociedades por Acções e pelo Regulamento das Demonstrações Contábeis. 3 - Aplicação da metodologia do resultado registrado pelo regime de competência dos exercícios. 3.2 - Ativo Imobilizado registrado pelo custo de aquisição e depreciações acumuladas com despesas no resultado em função da utilização das bens. Cotas mensais e anuais de depreciação são calculadas pelo método linear em função da vida útil dos bens. 3.3 - No tanto que o Ativo Imobilizado foram efetuadas verificações no sentido de atestar que os valores contábeis não estão superiores ao mercado e que as taxas de depreciações utilizadas são razoáveis. 4 - Capital Social: Composto por 4.613.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.								

GBT S.A CONCESSIONÁRIA DE INFRAESTRUTURA PREDIAL E DE SERVIÇOS DE TI								
RELATÓRIO DA DIRETORIA								
A DIRETORIA da GBT S.A CONCESSIONÁRIA DE INFRAESTRUTURA PREDIAL E DE SERVIÇOS DE TI, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, vem apresentar aos senhores acionistas e ao público em geral, as Demonstrações Contábeis do Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; bem como colocar à disposição dos interessados, a documentação suporte de que trata a Lei 6.404/76, à sua Sede Social em expediente comercial. Brasília - DF, 20 de março de 2024. Alterado Gonçalves Filho - Diretor Presidente; Renato da Costa Moura - Diretor Administrativo Financeiro e de Controle.								
<b>BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)</b>								
<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	
<b>ATIVO</b>	<b>64.695</b>	<b>57.094</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>64.695</b>	<b>57.094</b>	<b>RECEITA BRUTA VENDAS SERVIÇOS</b>	<b>135.290</b>	<b>126.482</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>39.925</b>	<b>34.293</b>	<b>FORNECEDORES</b>	<b>21.882</b>	<b>19.823</b>	<b>(-) DEDUÇÕES DE VENDAS</b>	<b>(9.548)</b>	<b>(18.135)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	18.981	12.741	Obrigações Sociais e Fiscais	5.742	4.785	<b>RECEITA LIQUIDA VENDAS SERVIÇOS</b>	<b>115.742</b>	<b>108.347</b>
Ressarcimentos a Receber - DATA CENTER	7.486	7.268	Financiamentos	7.486	7.268	<b>(-) CUSTO DIRETO DOS SERVIÇOS</b>	<b>(47.485)</b>	<b>(43.698)</b>
Adtos, a fornecedores e Outros	221	264	Arrendamentos a pagar	6.579	6.617	<b>LUCRO BRUTO SOBRE VENDAS</b>	<b>48.258</b>	<b>64.649</b>
Despesas antecipadas	1.108	149	Outras Contas a Pagar	1.323	1.187	<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(5.373)</b>	<b>(4.556)</b>
Parcelamentos fiscais a apropriar (PERT)	-	-	Capital Social	16.700	16.700	Pessoal e encargos	(3.318)	(3.513)
Crédito Emprestimos	2.365	1.110	Financiamentos	24.328	23.876	Serviços de terceiros	(912)	(278)
Antecipação de dividendos a acionistas	9.764	9.444	Arrendamento a pagar	20.872	28.110	Tratárias	(182)	(131)
RECEITA BRUTA VENDAS SERVIÇOS	135.290	126.482	Outras despesas	-	-	Administrativas e outras	-	-
(-) DEDUÇÕES DE VENDAS	(9.548)	(18.135)	Capital Social	16.700	16.			



FGP - GESTÃO PATRIMONIAL S.A.										
CNPJ 07.858.966/0001-03										
BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022 - (Em reais)										
ATIVO	2023	2022	PASSIVO	2023	2022					
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>							
Caixa e Bancos	77.717,82	317.506,32	Vrs da Folha de Pagamento	9.053,06						
Aplicações Financeiras	980.323,55	958.707,19	Fornecedores	28.784,00	4.093,35					
Impostos e Contrib. a Recuperar	900.814,23	1.169.150,52	Contas a Pagar	31,75	-					
Contratos de Mútuos	472.066,71	99.999,96	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	76.478,95	76.200,80					
Adiantamentos	404.595,31	35.805,39	Contratos de Mútuos	-	4.000.000,00					
Total do Circulante	<b>2.835.517,62</b>	<b>2.581.169,38</b>								
<b>NÃO CIRCULANTE</b>										
<b>REALIZÁVEL A LPRAZO</b>										
Contratos de Mútuos	3.182.764,02	3.106.666,71								
Adiantamentos Apel RJ	2.196.199,84	1.878.162,68								
<b>INVESTIMENTOS</b>										
Participação em Sociedades										
Santa Fé Inc. Imob. S/A	7.696.960,54	7.696.960,54								
Phoenix One Participações S.A.	1.973.362,45	5.040.497,45								
Projetos Imobiliários										
Edifício Prisma	77.571.145,87	(368.771,44)	AFC - Fenea	3.663.910,11	79.861.120,04					
Edifício Alkar (Curitiba-RJ)	10.702.222,87	10.702.222,87								
Rio das Ostras (Apcef-RJ)	2.988.000,00	2.988.000,00								
Manaus (Apcef-AM)	2.291.089,99	2.291.089,99								
Operações Imobiliárias (Apcef-MT)	1.585.000,00	1.585.000,00								
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>										
Móveis, Utensílios e Ferramentas	632.161,10	707.995,51								
Total do Não Circulante	<b>110.818.906,49</b>	<b>113.567.741,62</b>								
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>113.654.424,08</b>	<b>116.148.911,00</b>								
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO em 31 de dezembro 2023 e 2022 - (Em reais)</b>										
	2023	2022								
<b>Receita Operacional</b>			<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>							
Receita da Locação de Bens Móveis e Imóveis	4.033.794,39	3.886.718,28	Fluxo/Prejuízo Líquido do Exercício	6.574,12	21.265.246,49					
Resultado em Participações Societárias	884.330,42	197.618,26	Fluxo/Prejuízo Líquido das Participações em Investimentos	(884.330,42)	(197.618,26)					
(-) Deduções da Receita Bruta	(373.125,99)	(368.771,44)	Ganho de Ajustes a Valor Justo - Investimentos	(23.832,25)	(20.525,05)					
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>4.544.998,88</b>	<b>3.815.565,10</b>	Depreciação do Ativo	75.834,43	1.605.297,66					
Despesas Administrativas	(3.334.496,84)	(3.696.681,71)	Apropriação de Receitas	-	(117.480,00)					
Marketing, Projetos e Patrocínios	(7.306,00)	(31.158,80)	Exercícios Anteriores	(178.942,29)						
Despesas c/Pessoal	(808.899,15)	(1.070.222,87)	Outros gastos, Taxas e Contribuições	280.113,93	88.723,91					
Despesas Tributárias	(169.668,07)	(102.600,19)	Outros Passivos de Curto Prazo	(369.789,92)	(35.804,39)					
Despesas c/Depreciação	(75.834,43)	(1.605.297,66)	Mútuos Concedidos a Partes Não Relacionadas	22.275,97	16.723,66					
Ajustes a Valor Justo	-	23.832,25	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(448.164,06)	(191.666,67)					
Resultado Financeiro:	(142.020,21)	125.444,35	Caixa Líquido das Atividades de INVESTIMENTO	(1.495.428,24)	(1.400.829,65)					
Recetas Financeiras	79.503,23	127.903,07	Caixa Líquido das Atividades de INVESTIMENTO	(1.495.428,24)	(1.400.829,65)					
(-) Despesas Financeiras	(221.523,44)	(245,93)	Fluxo/Prejuízo Líquido das Atividades FINANCIAMENTO	(2.574,88)	(2.574,88)					
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	6.574,12	21.265.246,49	Fluxo/Prejuízo Líquido das Atividades FINANCIAMENTO	(2.574,88)	(2.574,88)					
Província p/Imp.Renda e Cont.Social			Saldo Final das Disponibilidades	1.276.213,51	1.276.213,51					
Resultado Líquido após Prov. IR/CS	6.574,12	21.265.246,49	Saldo Final das Disponibilidades	1.058.041,37	1.058.041,37					
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	6.574,12	21.265.246,49								
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE em 31 de dezembro 2023 e 2022 - (Em reais)</b>										
	2023	2022								
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>6.574,12</b>	<b>21.265.246,49</b>								
(+) Ganhos/Perdas em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes-										
(-) Resultado Abrangente Total	<b>6.574,12</b>	<b>21.265.246,49</b>								
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - em 31 de dezembro 2023 e 2022 - (Em reais)</b>										
	2023	2022								
<b>Capital Subscrito</b>	<b>41.145.466,00</b>	<b>(30.146.094,87)</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>(161.538,14)</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Total</b>	<b>10.837.832,99</b>			
Saldos em 31 de dezembro de 2021										
Ajustes MEP Investimentos										
Resultado do Exercício										
Valorização (Desvalorização) de Instr. Financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes										
Saldos em 31 de dezembro de 2022										
Aumento de Capital										
Absorção de Preços com AFAC										
Ajustes MEP Investimentos										
Ajustes de Exercícios Anteriores										
Resultado do Exercício										
Saldos em 31 de dezembro de 2023										
<b>DIRETORIA</b>			<b>CONTADORA</b>							
Sergio H Takemoto - Diretor-Presidente			Miguel Angelo Junger de Simas - Diretor Executivo							
Crystiane Veloso Oliveira - CRC (RJ) 095701/O-3/S DF										

## Gran Espresso Participações S.A.

CNPJ nº 32.248.732/0001-01

Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Balancês patrimoniais

Controladora 2023 2022 Consolidado 2023 2022

Balancês patrimoniais

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A88B-5C6E-7B37-3A90> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A88B-5C6E-7B37-3A90



### Hash do Documento

596522871E4BC407518BBC5F1F7D435504194351C9294FF8A49F5EA1B3990BA6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/04/2024 é(são) :

Marcos Nogueira Da Luz - \*\*\*.729.427-\*\* em 03/04/2024 01:40

UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -

33.270.067/0001-03

